



DL-01

Ses. Esp. 30/05/11

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente Conferência Estadual da Comissão Especial da Reforma Política da Câmara dos Deputados.

Convido para compor a Mesa dos trabalhos as seguintes pessoas: o Exmº Sr. Presidente da Comissão Especial da Reforma Política da Câmara dos Deputados, o deputado federal Almeida Lima, do PMDB de Sergipe; o Exmº Sr. Titular da Comissão Especial da Reforma Política da Câmara dos Deputados e coordenador do evento, o meu querido amigo deputado federal Waldenor Pereira, do PT da Bahia; o Exmº Sr. Titular da Comissão Especial da Reforma Política da Câmara dos Deputados e também coordenador do evento, o deputado federal Daniel Almeida, do PCdoB da Bahia; o Exmº Sr. Presidente da Comissão Extraordinária para Discussão/Análise da Reforma Política da Assembleia Legislativa, deputado estadual Reinaldo Braga, do PR da Bahia; o Exmº Sr. Deputado Estadual membro da Comissão José Raimundo, do PT da Bahia; o Exmº Sr. Deputado Estadual Álvaro Gomes, do PCdoB da Bahia; o Exmº Sr. Relator da Comissão Especial da Reforma Política da Câmara dos Deputados, deputado federal Rubens Otoni, do PT de Goiás; o Sr. Prof. Dr. da Faculdade de Direito da UnB, membro do Ministério Público Federal e também da Comissão Nacional de Direitos Difusos e Coletivos do Conselho Federal da OAB, Augusto Aras; o Exmº Sr. Jurista, Diretor da Faculdade de Direito da UFBA e palestrante da Reforma Política, Dr. Celso Castro; o Sr. Prefeito Municipal de Camaçari e Presidente da União dos Prefeitos da Bahia, Dr. Luiz Caetano; e os deputados federais Lúcio Vieira Lima e Luiz Alberto.

Registro ainda as presenças dos deputados estaduais Adolfo Menezes, Cláudia Oliveira, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, que está aqui fazendo parte da Mesa, Angelo Coronel, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Coronel Santana, Gilberto Santana, Deraldo Damasceno, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gildásio Penedo Filho, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, Joacy Dourado, João Bonfim, Pastor José de



Arimatéia, Joseildo Ramos, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Maria del Carmen, Maria Luiza Laudano, Mario Negromonte Júnior, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rosenberg Pinto, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Tom Araújo, Yulo Oiticica e Zé Raimundo.

Gostaria também de registrar a presença do chefe de gabinete da Secretaria de Relações Institucionais, o ex-deputado Pedro Alcântara, representando o secretário Paulo César Lisboa.

Tenho de convocar um deputado. Pedi ao Cerimonial que colocasse uma cadeira aqui para trazer uma mulher à Mesa. Convido a deputada Maria Luiza Laudano, representando as mulheres nesta Mesa. Deputada Luiza Maia, o seu marido já faz parte dela. Mas, se V.Ex^a quiser, pode vir. Diga-se de passagem que lutou muito pela instalação dessa reforma política.

O nobre presidente da comissão, deputado Waldenor Pereira, e o nobre deputado Daniel Almeida me telefonaram pedindo que transformássemos esta sessão ordinária em sessão especial, tendo em vista que, sem dúvida nenhuma, a reforma mais importante no Brasil hoje é a reforma política.

Portanto, eu gostaria de passar a presidência dos trabalhos para V.Ex^a e dizer que é uma honra muito grande tê-los aqui nesta Casa, que é do povo, das leis, e V.Ex^{as}, com certeza, têm um trabalho árduo, difícil, mas muito importante para a consolidação da democracia em nosso País.

Antes de passar a presidência a V.Ex^a, eu gostaria de registrar a presença do presidente do PT, Partido dos Trabalhadores na Bahia, nobre deputado e meu querido amigo Jonas Paulo, a quem passo a presidência dos trabalhos.

O Sr. PRESIDENTE (Jonas Paulo):- Senhoras e senhores, boa-tarde.

Exm^o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, deputado Marcelo Nilo; Exm^o Sr. Deputado Federal Waldenor Pereira, membro titular da Comissão da Reforma Política da Câmara dos Deputados; Exm^o Sr. Deputado Federal Daniel Almeida, membro titular da referida comissão; Exm^o Sr. Deputado Rubens Otoni, relator da Comissão Especial



da Reforma Política; Exmº Sr. Presidente da Comissão Extraordinária para discussão da Reforma Política da Assembleia Legislativa da Bahia, Deputado Estadual Reinaldo Braga; Exmº Sr. Prefeito Municipal de Camaçari, Presidente da União dos Municípios da Bahia, Dr. Luís Caetano; Exmº Sr. Juiz e Diretor da Universidade Federal da Bahia, palestrante da tarde de hoje acerca da Reforma Política, Dr. Celso Castro; Sr. Professor Dr. da Faculdade de Direito da UNB, membro do Ministério Público Federal e membro da Comissão Nacional de Direitos Difusos e Coletivos do Conselho Federal da OAB, Dr. Augusto Aras; Exmº Sr. Deputado Federal Sérgio Carneiro; Exmº Deputado Federal Lúcio Vieira Lima; Exmº Sr. Deputado Federal Luís Alberto; Exmª Srª Deputada Luiza Maia; Exmª Srª Deputada Maria Luiza Laudano; Exmº Sr. Deputado Estadual Álvaro Gomes; Exmº Sr. Deputado Estadual José Raimundo; Exmº Sr. Presidente da Comissão Especial da Reforma Política da Câmara dos Deputados, minhas senhoras e meus senhores, demais deputados estaduais, prefeitos, vereadores, lideranças comunitárias, lideranças de movimentos sociais, recebam todos os meus cumprimentos e minhas homenagens ao querido Estado da Bahia.

É uma grata satisfação e muita honra estar aqui presidindo os trabalhos deste evento, sobretudo porque tenho a honra de transferir e manter a presidência de honra desta sessão ao Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

A Câmara dos Deputados, através da Comissão da Reforma Política, tomou a decisão de, antes da apresentação de uma proposta de reforma política abrir o debate com a sociedade brasileira. E o nosso desejo é que o debate seja da forma mais ampla e profunda possível.

Para que as senhoras e os senhores tenham conhecimento, às terças-feiras, na Câmara dos Deputados, temos realizado sessões da comissão para o debate com todos os deputados membros, titulares ou suplentes, e também deputados não integrantes da comissão, acerca de todos os temas que foram previamente alinhados: 18 temas.

Às quintas-feiras, estamos realizando no mesmo Plenário das Comissões da Câmara dos Deputados audiências públicas com personalidades da sociedade brasileira: juristas, sociólogos, cientistas políticos, políticos, integrantes de movimentos sociais,



imprensa, igreja, Ordem dos Advogados, e tomamos uma decisão que, particularmente, considero a mais acertada, a de levar o debate aos estados brasileiros.

A esta altura, já fizemos conferências nos estados de Goiás, Rio Grande do Sul, Sergipe, Paraíba, Santa Catarina, Minas Gerais e Paraná. Hoje estamos aqui, no Estado da Bahia. Na próxima sexta-feira iremos ao Espírito Santo; logo a seguir, ao Rio de Janeiro e São Paulo. E estamos pré-ordenando uma agenda para cumprirmos ainda os compromissos nos estados do Pará, Rio Grande do Norte, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e no Distrito Federal. Foram os estados que pleitearam, que apresentaram requerimentos. E nós, da Câmara dos Deputados, estamos fazendo um grande esforço para nos deslocarmos a todos esses estados para a realização do debate.

Evidentemente que chegamos aos estados com um nível de conhecimento, mas saímos deles com um nível bem mais elevado, com bem mais massa crítica, o que irá, sem dúvida, proporcionar-nos melhores condições para a apresentação de uma proposta de reforma política que possa atender, senão em todos os aspectos, mas de forma legítima, aos anseios da sociedade brasileira.

Portanto, quero deixar dito que estamos vindo à Bahia para ouvir. Evidentemente que passarei a palavra a alguns parlamentares que aqui se encontram e, logo a seguir, a dois outros palestrantes. Mas, aplicando a mim de logo, que já devo concluir as minhas palavras, solicito aos senhores que me vão suceder no uso da palavra que o façam no mais breve espaço de tempo possível para que possamos dar oportunidade àqueles que aqui vieram fazer uso da palavra.

Nós vimos para ouvir, debater com as senhoras e com os senhores na medida da possibilidade, da circunstância, se assim se estabelecer. Mas, acima de tudo, o nosso desejo é ouvir o pensamento do povo baiano nesta sessão.

Portanto tenho a honra de passar a palavra inicialmente ao deputado federal Waldenor Pereira, um dos autores do requerimento para que esta sessão pudesse ser realizada aqui em Salvador, no Estado da Bahia.



1022-I

Ses. Esp. 30/05/11

Or. Waldenor Pereira

Reforma Política.

O Sr. PRESIDENTE (Almeida Lima):- Com a palavra o deputado Waldenor Pereira.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Sr. Presidente deputado Almeida Lima, Sr. Deputado Federal Rubens Otoni, sub-relator da Comissão Especial de Reforma Política; meu prezado colega deputado federal Daniel Almeida, através do qual saúdo todos os demais colegas deputados federais presentes nesta sessão; cumprimento os deputados José Raimundo Fontes e Álvaro Gomes, em nome dos quais cumprimento e saúdo todos os demais deputados estaduais desta Casa Legislativa.

Quero também cumprimentar o deputado Reinaldo Braga, que é o presidente da Comissão Especial de Reforma Política da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia; saudar também, de forma especial, o nosso companheiro, ex-colega, hoje presidente da União de Prefeitos da Bahia, o prefeito Luiz Caetano, do município de Camaçari; saudar, cumprimentar e agradecer aos ilustres palestrantes Dr. Augusto Aras e Dr. Celso Castro.

Quero dizer da minha alegria, da minha satisfação de voltar a ocupar esta tribuna por onde militei durante dois mandatos, oito anos, e cumprimento, embora ausente, o nosso presidente deputado Marcelo Nilo. Quero saudar e abraçar também lideranças do movimento social que se fazem presentes a esta importante sessão; cumprimentar e abraçar os servidores técnicos, todos os amigos e amigas, companheiros e companheiras que nos prestigiam nesta conferência que tem como tema a Reforma Política.

Como um dos proponentes desta sessão cabe a mim, em primeiro lugar, destacar o caráter democrático e a importância da realização desta conferência nesta Casa Legislativa, aqui no Estado da Bahia. Digo isso porque quando da instalação das comissões especiais no Senado e na Câmara dos Deputados, a sociedade civil organizada, os segmentos organizados da sociedade, imediatamente, com razão, reclamaram que a reforma política discutida,



debatida nessas duas Casas se restringiam a algumas alterações pontuais da reforma do sistema eleitoral brasileiro.

Os movimentos sociais brasileiros, com muita razão, passaram a defender, através de um documento denominado plataforma dos movimentos sociais, que reúne a representação de 600 diferentes entidades do movimento social brasileiro, passaram a defender uma reforma política ampla, democrática e participativa, chamando a atenção da sociedade brasileira que uma reforma política não poderia se restringir a apenas algumas mudanças pontuais do sistema eleitoral, mas que ela deveria extrapolar o debate, a discussão para outros temas que, uma vez não sendo tratados, poderiam frustrar a população brasileira com a realização de uma reforma que não atendesse as expectativas da nação.

Por isso, os movimentos sociais apresentaram ao Congresso Nacional, mais uma vez, porque esse documento já havia sido apresentado em momento anterior, um documento que é composto de cinco eixos principais e que envolve também, além da reforma do sistema eleitoral, o fortalecimento da democracia direta, através de uma nova regulamentação do artigo 14 da Constituição brasileira, que trata do projeto de iniciativa popular, do referendo e do plebiscito; documento que defende também o fortalecimento da democracia participativa, elencando uma série de itens necessários de serem debatidos para que a reforma política se estabelecesse, se realizasse, defendendo a democratização dos meios de informação e da comunicação e, até, Dr. Celso Castro, Dr. Augusto Aras, a defesa de maior transparência no Poder Judiciário, como temas indispensáveis, imprescindíveis e que fossem debatidos para que pudéssemos, de fato, discutir, debater e defender uma reforma política ampla, democrática e participativa. Por isso, a realização dessa conferência aqui no Estado da Bahia, assim como está acontecendo em outros Estados da federação, consideramos de fundamental importância para que a população, os segmentos organizados, o movimento social, para muito além do Parlamento, possam apresentar suas sugestões, suas recomendações, de tal forma que a Comissão Especial, uma vez acolhendo essas recomendações e considerações da sociedade civil, possa de fato defender no Congresso Nacional a realização e aprovação de uma reforma política que de fato possa defender as grandes expectativas do povo brasileiro.



Portanto, quero agradecer ao presidente Almeida Lima, que tem dirigido com maestria a nossa Comissão de Reforma Política, defendendo a ampliação do debate, levando a Comissão, como estamos aqui hoje, aos diferentes estados do Brasil para que a população brasileira, através dos seus segmentos organizados, pudessem, como estamos aqui fazendo hoje, apresentar suas recomendações, suas sugestões, suas proposições, de tal forma forma que possamos aprovar no Congresso Nacional uma reforma política que de fato responda aos interesses maiores do povo brasileiro.

Portanto, é com muita satisfação que, como proponente desta sessão, nos fazemos presentes aqui hoje – eu, o deputado Daniel Almeida e o deputado Luiz Alberto que também é membro da Comissão da Reforma Política –, os demais colegas parlamentares, deputados federais, para ouvir a sociedade baiana na expectativa de acolhermos essas recomendações e proposições e incluirmos, naturalmente, na proposta de reforma que haveremos de debater, discutir e aprovar naquela Casa Legislativa Maior do Congresso Nacional.

Muito obrigado a todos pelas presenças e esperamos que o debate seja o mais profícuo possível nesta tarde de debate, de discussão na Casa Legislativa da Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

**1023-I****Ses. Esp. 30/05/11****Or. Daniel Almeida****Reforma Política.**

O Sr. PRESIDENTE (Almeida Lima):- Agradeço a V.Ex^a e tenho a honra de conceder a palavra ao nobre deputado federal Daniel Almeida, também autor do requerimento para realização desta sessão aqui na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

O Sr. DANIEL ALMEIDA:- Cumprimento o presidente da Comissão Especial, deputado Almeida Lima, nosso quase conterrâneo aqui de Sergipe, do Nordeste; o sub-relator Rubens Otoni, nosso parceiro, que tem se dedicado muito ao debate sobre reforma política no Congresso Nacional; meu companheiro Waldenor Pereira, em seu nome cumprimento os demais deputados federais – fomos os proponentes desta sessão especial; o Sr. Presidente desta Casa, deputado Marcelo que imediatamente aceitou transformar esta sessão em especial para aprofundar o debate sobre reforma política – em nome dele cumprimento todos os deputados estaduais que nesta Casa já constituem uma comissão especial para acompanhar e produzir opiniões, sugestões sobre a reforma política; os nossos palestrantes, Celso Castro, Augusto Aras; o prefeito de Camaçari Luís Caetano, a vereadora Olívia Santana – interessa muito aos prefeitos, aos vereadores o debate sobre reforma política

Estamos com muita convicção de que é possível e mais do que possível é uma necessidade da sociedade brasileira fazer mudanças na estrutura política, nos mecanismos eleitorais, na organização partidária no nosso País. É um desafio que estamos repetindo a cada disputa eleitoral sobre a necessidade de fazer ajuste. Seguramente, nós não vamos encontrar um mecanismo ideal para estabelecer um processo mais democrático, mais transparente que atenda a todos os desejos. Nenhum sistema, nenhum modelo é ideal. Nós ouvimos, aí pelo mundo afora, as experiências e quem vivencia cada uma delas levanta aspectos que poderiam sofrer correção, ajuste, modificação. Mas penso que temos condições, e esse é o desafio, nós, sociedade brasileira, o Congresso brasileiro, a Assembleia Legislativa, temos condições de produzir avanços.



A Comissão Especial tem feito esse intenso esforço nas audiências públicas, com o debate permanente que acontece lá, e a vinda a cada estado é um momento rico para colhermos todas as contribuições e sugestões.

Algumas opiniões vão se consolidando na Comissão. Uma delas é que não devemos imaginar em fazer remendos. Devemos pensar em apresentar uma proposta o mais abrangente possível. Não é possível imaginar fazer um fatiamento ou, como dizem alguns, remendar em tecido podre. É preciso, portanto, imaginarmos uma abordagem abrangente sobre a estrutura política, para que possamos chamar esse desafio de reforma política.

Ao elencar os temas que a Comissão considerou que deveria merecer apreciação, o presidente, o relator elencou lá mais de 20 temas que fazem parte do debate no cotidiano da Comissão Especial e da sociedade. Todos muito importantes, todos relevantes. Eu queria destacar alguns que me parecem merecer ou ter merecido alguma reflexão mais detida sobre o seu conteúdo, o seu significado e as possibilidades de avançar em torno deles.

O primeiro deles: financiamento de campanha eleitoral. Parece-me que esse é o esqueleto principal desse processo político que estamos vivenciando hoje. É um modelo esgotado, e o relator, Deputado Henrique Fontana, tem dito que o modelo de hoje impõe que aqueles que não entram numa campanha eleitoral com o suporte financeiro já nem se mede. Muitos jovens deixam de se interessar pelo processo político porque não vislumbram a possibilidade de arregimentar recursos. O financiamento, portanto, é um elemento central para esse debate sobre reforma política.

Eu tenho uma opinião a esse respeito, e há um debate importante a ser feito pela sociedade. Eu defendo financiamento público, exclusivamente público para todas as disputas eleitorais. Mas quando se vai discutir isso na sociedade, as pessoas perguntam: mas como esse financiamento público? Quem vai pagar a conta? Como se hoje a sociedade não pagasse, e paga muito caro com os mecanismos de desvio de corrupção, de falta de controle que verificamos e vivenciamos no modelo adotado.

Que sistema eleitoral nós poderíamos produzir para adequar melhor essas relações? O debate está aberto. Não há consenso em torno de nenhum desses temas. A lista pré-ordenada, que alguns chamam de lista fechada, na verdade não é lista fechada, a lista



hoje já é fechada. Depois das convenções eleitorais, hoje, a lista não se abre mais; ela é pós-ordenada. E o debate é se vamos para uma lista pré-ordenada, que estaria mais compatível com o financiamento público de campanha, melhores condições de controle, maior fortalecimento dos partidos, maior debate programático sobre os temas que cada partido defende: o distritão, o distrital misto, a lista previamente ordenada mista. Enfim, um debate intenso em torno do sistema eleitoral a ser construído. Quais os mecanismos que fortalecem a relação representado/representante, a participação popular; os mecanismos de iniciativa legislativa, plebiscitos e referendos. A população, o cidadão precisa acompanhar melhor e participar de forma mais presente dos processos políticos. Esse é um debate fundamental a ser feito.

Atualmente está prevista na nossa legislação a iniciativa de lei, mas as dificuldades são tantas que são poucas as que se consegue produzir. Há um debate sobre se estabelecer, por exemplo, um número de eleitores assinando uma iniciativa legislativa correspondente ao quociente de cada estado. Na Bahia, são necessários 200 mil votos para eleger um deputado federal. Poderíamos, então, adotar esse número como uma referência para iniciativa legislativa. Há um debate intenso em torno desses mecanismos.

Para concluir, Sr. Presidente.

Alguns também imaginam que se pode alcançar uma maioria mais expressiva sobre o fim da coligação proporcional. Tenho circulado pela Bahia afora, tenho conversado com vereadores e prefeitos, especialmente, dos pequenos municípios, e muitos começam a dizer: “Mas como vamos acabar com a coligação se na maioria dos municípios poucos partidos existem em condição de alcançar o quociente eleitoral? Se acabarmos com a coligação, cada um teria que formar uma chapa? Como, então, iriam se compor as alianças que normalmente se articulam em torno de dois grandes polos que se estabelecem na disputa para as prefeituras municipais?”

Esse também é um debate importante que devemos levar em conta nesse processo que estamos buscando construir lá na nossa Comissão Especial e no diálogo com a sociedade.



Sr. Presidente, esses são alguns aspectos que estão nos preocupando. E chamo a atenção para outro ponto: a coincidência de mandatos. Está se fortalecendo lá na Câmara dos Deputados a tese de termos uma eleição que eleja do vereador até o presidente da República. Esse é um debate importante, vamos aprofundá-lo: quais vantagens e desvantagens poderíamos ter com essa eleição única. Penso que é algo relevante que deve, efetivamente, merecer a nossa apreciação.

Parabéns, presidente, pela sensibilidade de estar caminhando o Brasil, ouvindo cada segmento que queira contribuir nessa discussão. Esse é um debate da sociedade brasileira. E temos muita convicção e muita fé de que vamos, no final dele, produzir uma ampla, profunda e transformadora reforma política no Brasil.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



1024-I

Ses. Esp. 30/05/11

Or. Rubens Otoni

Reforma Política.

O Sr. PRESIDENTE (Almeida Lima):- Agradeço ao nobre deputado Daniel Almeida.

Concedo a palavra ao nobre deputado federal Rubens Otoni, relator desta Comissão Especial da Reforma política. O deputado Rubens Otoni é do Partido dos Trabalhadores do Estado de Goiás.

O Sr. RUBENS OTONI:- Boa-tarde a todos, boa-tarde a todas. É uma honra, uma satisfação estar mais uma vez aqui em Salvador, nesta Assembleia Legislativa, para partilhar com cada um e cada uma de vocês este momento que julgo muito importante na vida política brasileira. E temos feito questão de ouvir o máximo possível a nossa sociedade.

Quero fazer um cumprimento especial ao povo baiano e aos deputados e deputadas estaduais desta Assembleia Legislativa, que hoje nos recebem. É uma satisfação estar aqui ao lado de outros membros da nossa Comissão Especial da Reforma Política, do presidente Almeida Lima e dos propositores desta conferência, deputados Waldenor e Daniel Almeida. E também quero cumprimentar os deputados federais que aqui se fazem presentes, assim como os nossos ilustres convidados, representantes dos segmentos sociais que aqui estão não apenas para acompanhar, mas para participar, para falar, para questionar, para dar as suas opiniões. Isso é muito importante. Nossos convidados farão aqui também suas explanações. Teremos a honra de ouvi-los através das suas palestras. Tudo isso, com toda certeza, enriquece este nosso debate.

Gostaria aqui, de maneira objetiva, de colocar para vocês um pouco daquilo que temos acompanhado no trabalho da nossa relatoria na Comissão da Reforma Política. Trago aqui um abraço do deputado Henrique Fontana, que é o nosso relator, com quem tenho dividido os trabalhos e buscado contribuir para que no final possamos fazer um relatório à altura do que o povo brasileiro espera, e o nosso País necessita desse tema.



No trabalho da reforma política, temos algumas constatações. Primeiro, o debate da reforma política no País ainda não é o debate ideal. Quero aqui fazer uma saudação especial ao deputado Luiz Alberto, que é membro da Comissão da Reforma Política e que também se faz presente. Tem participado conosco, inclusive como uma das lideranças que tem alertado muito a Comissão Especial sobre o tema, através do qual podemos garantir cada vez mais a inclusão de setores que hoje são sub-representados não apenas na questão étnica, racial, mas também das mulheres e de outros setores.

Dizia aqui a vocês que uma das constatações que temos é a de que ainda não temos o debate ideal sobre a reforma política. É verdade que já avançou muito. Hoje o debate da reforma política avançou muito em relação àquilo que tínhamos na década de 90 e no início de 2003, quando retomamos esse tema tanto do ponto de vista do interesse da profundidade dos temas na Câmara e no Senado, quanto do ponto de vista do interesse e da participação da sociedade. Aqueles que têm caminhado conosco por este País, participando das audiências públicas, das conferências, têm percebido esse interesse. Ainda não é o que precisamos, o que queremos, mas avançou muito.

Segundo ponto: a reforma política é realmente uma reforma importante. Às vezes, avançamos para dizer que é a reforma mais importante que precisamos fazer neste País. Sem dúvida alguma é uma reforma importante, mas é preciso também se ter a clareza de que ela não pode ser vista como remédio para todos os males deste País. Em todos os momentos em que se têm problemas na política, nas crises que acontecem na política, sempre se diz: “Precisamos fazer a reforma política”, como se a reforma fosse a salvação, fosse o remédio para todos os males. Reforma política é importante, mas é apenas uma parte de todo esse processo, e temos consciência das suas limitações. Vamos fazer reforma política, estamos lutando pela reforma política, mas ela não vai resolver todos os nossos problemas. Queremos que com ela possamos avançar. Possamos avançar o nosso sistema, possamos aprofundar a democracia e criar um cenário mais favorável para exercer essa mesma democracia e consolidar os nossos projetos de País.

Um outro ponto que é importante aqui esclarecer na abertura deste debate: nessa comissão, coordenada pelo deputado Almeida Lima e da qual tenho a honra de poder



participar como um dos relatores, estamos pensando em reforma política para o País não para o imediato, mas uma reforma política que possa preparar o nosso País para algumas décadas. Então, não é nossa preocupação fazer reforma política para 2012. Não estamos focados em fazer a reforma política para 2012, até porque se fosse para 2012 só teríamos condição de fazê-la até o final de setembro. E queremos trabalhar de maneira mais tranquila, ouvindo toda sociedade, tendo condição de poder receber essas sugestões e trabalhar em cima disso para ter uma reforma política sólida.

Baseados nisso a pergunta seria: então o que é que nós estamos querendo realmente com essa reforma política se não queremos uma coisa de imediato para 2012? Queremos fortalecer a democracia e para isso precisamos discutir bem com a sociedade.

A nossa Constituição prevê a democracia representativa em que vereadores, prefeitos, deputado estaduais, deputado federais, senadores, governadores, são eleitos para representarem a sociedade. Mas essa mesma Constituição prevê mecanismos de democracia participativa e mecanismos de democracia direta, mecanismos esses que nós ainda não conseguimos aprofundar no nosso país. A sociedade ainda não se apoderou desses instrumentos e desses mecanismos. Esse é o desafio da reforma política.

E nós queremos nesse debate fazer uma reflexão, levantar possibilidades, descobrir caminhos. Como fazer com que a democracia direta possa efetivamente participar e dar oportunidade para que o cidadão e a cidadã participem diretamente das decisões do nosso país; que referendos e plebiscitos não sejam um acontecimento eventual na vida política do país, mas que possam acontecer de maneira mais regular, dando oportunidade para que a sociedade se manifeste; que as iniciativas populares que são previstas na Constituição não sejam tão distantes da realidade, que sejam criadas oportunidades efetivas para que elas realmente existam; que a democracia participativa já prevista hoje com a participação popular nos conselhos populares, nas conferências, não aconteça apenas de maneira eventual, mas que possa se apresentar também no cotidiano da sociedade e não sejam apenas para, muitas vezes, mostrar uma maneira de participar, mas que seja uma participação efetiva, com decisão; e a democracia representativa em que o nosso grande desafio é podermos avançar o nosso sistema eleitoral.



Não queremos reforma política que se transforme apenas na reforma eleitoral, mas também naquilo que diz respeito ao eleitoral, às eleições nós queremos aperfeiçoar. E queremos trabalhar, discutir as regras do processo eleitoral, também, do ponto de vista de aperfeiçoá-lo, não apenas do ponto de vista de falar que nós estamos fazendo para mexer um pouco e para falar que mudou alguma coisa. Afinal de contas, o sistema eleitoral que temos hoje é um sistema que tem defeitos? Tem. Tem deformações? Certamente tem, mas ele também tem as suas virtudes, tem o seu lado positivo. E não nos convém, não nos interessa, fazer uma reforma pelo simples prazer de poder mudar, indiferente àquilo que é bom ou ruim. Queremos preservar aquilo que é bom e para isso precisamos debater com a sociedade, ouvir os segmentos.

Na minha visão, um dos pontos importantes e positivos que temos no nosso sistema eleitoral hoje é que ele é um sistema proporcional. E por ser um sistema proporcional, dá oportunidade àquele partido que tem maior representação, àquele que tem 50% dos votos numa Assembleia Legislativa o direito de se representar com 50% das vagas. Mas esse mesmo sistema dá oportunidade ao partido que teve uma votação menor, de 5 ou 10% , de também ser representado e isso é democrático. Dá oportunidade ao que teve mais voto de ser representado, mas dá oportunidade à minoria também, de ser representada. Parece-me que esse é um princípio importante da democracia e que não há porque nós buscarmos mudar apenas pelo prazer de mudar. Isso é uma parte importante do sistema. Agora, precisamos pensar, fazer outras reflexões. Uma reflexão que é polêmica mas que tem avançado muito, tanto no debate na Câmara, no Senado e no debate da sociedade, falo isso porque acompanho essa discussão desde 1996, e agora de maneira mais direta, desde 2003, inclusive sendo relator dessa matéria em 2004 na Comissão de Constituição e Justiça, na Câmara, um debate que avançou muito é o debate do financiamento público exclusivo de campanha, apesar de ser um debate polêmico. Não quer dizer que tenha entendimento, que tenha maioria mas é um debate que ocupa cada vez mais o cenário da reforma política. E por quê? Porque existe uma preocupação, e de uma certa forma até um constrangimento no processo eleitoral do nosso país da influência cada vez maior do poder econômico na escolha dos nossos representantes.



A cada eleição vê-se mais ainda a presença do poder econômico decidindo as eleições em detrimento das idéias, das propostas, dos projetos, dos programas a serem apresentados à sociedade. As idéias e os projetos cada vez se tornam menos importantes e atropelados por aquilo que se apresenta na campanha. Então, as eleições às vezes são decididas mais por esse caminho. Isso leva a sociedade e o debate na Comissão da Reforma Política a buscarem um caminho de solução. E o financiamento público exclusivo de campanha se apresenta como uma dessas alternativas que também são questionadas. Mas é uma proposta que hoje cresce e é vista com respeito e buscando formas de viabilizá-la no sentido de poder baratear as campanhas eleitorais, e ao mesmo tempo de barateá-las fazer com que as campanhas sejam mais iguais e que aqueles que sejam eleitos, sejam eleitos pelas idéias e pelos seus projetos.

O desafio continua e a Comissão da Reforma Política tem tido esse papel de poder buscar as opiniões, percebendo que nenhum tema tem consenso. Nenhum tema consegue aglutinar todos os setores, mas por isso mesmo é preciso de maneira democrática, equilibrada buscar uma forma de construir essa maioria. Para termos o financiamento público de campanha, discute-se também como seria o sistema de votos. Então, aí nós temos a discussão do voto na lista pré-ordenada, tem a questão do voto distrital, o voto distrital misto, alternativas que são apresentadas e que precisamos avaliar, precisamos discutir como construir uma alternativa de sistema eleitoral se nós queremos o financiamento público de campanha. Assuntos como foram levantados aqui, como o fim das coligações proporcionais, como a questão do voto obrigatório, a coincidência das eleições, o fim da reeleição, são temas também que estão presentes nesse debate que temos levantado por esse Brasil afora.

É por isso que estamos aqui. Estamos aqui nesse grande desafio de buscar a reflexão, ouvindo os mais diferentes setores da sociedade, recolher as sugestões para em cima dessas propostas, dessas idéias tentarmos acertar um relatório que atenda as expectativas de fortalecimento da democracia.

Um dos pontos, por exemplo, importantes nesse debate por onde temos passado, é a preocupação de podermos aproveitar o debate da reforma política para garantirmos a inclusão na vida política do nosso País de setores expressivos que são sub-representados e



em alguns casos excluídos da vida política, mesmo sendo expressivos na nossa sociedade. A questão étnico racial que são dos negros, a questão das mulheres que têm mais de 50% da população e mais de 50% do eleitorado, e hoje tem cerca de 8% da representação na Câmara Federal. Os indígenas que, hoje em toda a história do Brasil, teve um representante apenas em toda a história política no Parlamento brasileiro.

Então são debates que são feitos. Por isso, a Comissão da Reforma Política existe. Nós queremos fazê-la um espaço privilegiado para ouvir a sociedade e debater essas questões. Não se trata fazer reforma política por fazer reforma política. Não se trata de fazer mudança pelo prazer de fazer mudança. Mas se trata de buscar aperfeiçoar o nosso sistema político-eleitoral fortalecendo a nossa democracia em seus diversos níveis: a democracia direta, a democracia participativa e a democracia também representativa.

Tenho absoluta certeza de que este debate com vocês aqui contribuirá muito para que possamos, até o final deste semestre, fechar o nosso relatório tornando-o à altura dos anseios e das expectativas do povo brasileiro.

Muito obrigado. (Palmas!)

O Sr. PRESIDENTE (Almeida Lima):- Agradeço a V.Ex^a, deputado Rubens Otoni.
(Não foi revisto pelo orador.)



1025-I

Ses. Esp. 30/05/11

Or. Celso Castro

Reforma Política.

O Sr. PRESIDENTE (Almeida Lima):- Antes de passar a palavra ao próximo orador, Dr. Celso Castro, tenho a honra de anunciar as presenças do deputado federal Rui Costa e do Sr. Carlos Brasileiro, atual secretário de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza.

Informo também que as inscrições para o debate e a exposição já estão abertas. Podem procurar o Cerimonial aqui ao lado para fazê-las.

Com a palavra o Dr. Celso Castro.

O Sr. CELSO CASTRO:- Sr. Presidente, deputado Almeida Lima, em nome de quem cumprimento toda a Bancada federal, eminentes deputados federais baianos Waldenor Pereira e Daniel Almeida, propositores desta sessão, embora ausente, eminente presidente desta Assembleia Legislativa, em nome de quem cumprimento os deputados estaduais aqui presentes, meu caro amigo prefeito Luiz Caetano, V.Ex^a que ocupa hoje a presidência da União dos Municípios da Bahia e em nome de quem quero saudar todos os prefeitos municipais deste Estado; deputado Reinaldo Braga, presidente da nossa Comissão de Reforma estadual, Srs. Deputados, professores presentes, meus colegas de faculdade, minhas senhoras e meus senhores, a reforma política é sempre um tema que precede, naturalmente, a todas as reformas. E precede na medida em que, numa democracia representativa, é o eixo a partir do qual se desatam todas as decisões. Dá-se, evidentemente, por aqueles que representam a população que os elege.

Se falamos numa reforma tributária, numa reforma administrativa, numa reforma de processo trabalhista, numa reforma econômica das bases do País, em privatização e não privatização, tudo isso decorre duma base política de que, efetivamente, nós dispomos.

Devo dizer aos senhores que encaro a reforma política por dois ângulos. De um lado, com a esperança ou a certeza de que algo deve ser mudado. Do outro, com a pressuposição de que as dificuldades dessa mudança são muitas.



Em primeiro lugar temos uma pedra de toque, que é a transparência. Essa transparência deve levar a uma relação tanto quanto possível simétrica entre os representantes e representados. Nós, infelizmente, percebemos que a representação política nem sempre corresponde à base da representação popular.

No meio do caminho, já se disse aqui, há um problema que se torna cada vez mais incontornável - eu não diria difícil -: a questão do poder econômico interferindo na formação da base política.

Sabemos, e não se ignora, a cada dia se diz que as campanhas se tornam mais caras e se dizia que houve um tempo em que as representações eram censitárias e que só as pessoas ricas tinham acesso ao poder. E, há hoje uma realidade, que cada vez mais se aproxima de que as pessoas que não dispõem de recursos econômicos não chegam à representação política.

Efetivar esse diagnóstico com muita tranquilidade há de ser o primeiro passo para combater as suas causas. As soluções que se hão de apresentar passam seguramente por uma resposta a essa questão, como permitir que pessoas com boas idéias e bons projetos, com boa capacidade de contribuir para a causa pública, mas desprovidas de um arsenal econômico-financeiro possam galgar a base da representação política.

Essa, me parece, é uma questão nuclear dentro de todos os problemas que aparecem, porque todas as demais vão estar vincadas nesse divórcio efetivo que existe entre uma representatividade real e uma possibilidade econômica de se alcançar essa representação.

Vivemos, sem dúvida nenhuma, um problema muito sério também. Por que a reforma política não motiva a população? Porque essa população, muitas vezes, não alcança, por exemplo, qual o papel que desempenha o Parlamento. Nós vivemos um momento em que a atividade parlamentar vive uma atrofia diante de uma hipertrofia da atividade executiva.

Vale dizer que mais de 90% dos projetos de importância para o País vêm do Executivo, quando não vêm do próprio Judiciário. Vejam, por exemplo, questões que se espera que o Parlamento Nacional ofereça uma resposta migram da voz do Supremo Tribunal Federal ou ecoam da voz das medidas provisórias.



Essa é uma questão da base da representação. Que papel pode ser reservado ao Parlamento para saber como esse Parlamento efetivamente pode ser moldado, pode ser criado, pode ser constituído?

Nós vivemos um problema muito sério: a judicialização da política. Nós temos uma vida acadêmica no direito, uma vida profissional na advocacia, percebemos que, muitas vezes, esse é um aspecto que diz respeito, sim, à vontade política, o voto de um juiz anula toda uma votação outorgada pela soberania popular. Por quatro votos a três, numa situação absolutamente duvidosa, perde-se um mandato conquistado nas urnas.

Essa é uma questão do espaço que a classe política perde e entrega e outorga ao Judiciário e, nesse momento, a sua formação de base se torna uma questão problemática. O aspecto da reforma política diz: teremos uma lista, e o deputado Rubens Otoni diz que é fechada, obviamente, a lista fechada já o é nas convenções, preordenada ou pós-ordenada.

Há uma questão básica. O financiamento público excluirá o financiamento privado? Nós temos hoje o financiamento privado lícito e o financiamento privado ilícito. Esse financiamento privado, que se diz como despesa não contabilizada, que se diz eufêmicamente despesa não contabilizada, mas pode ser chamada de caixa dois, não há problema de que haja caixa dois desde que a população toda brasileira tenha caixa um. Essa é uma questão básica. O caixa dois se legitimará quando toda população brasileira tiver caixa um, pelo menos.

Então, se diz que não se correrá o risco de fazer uma estatística, porque todas as estatísticas são um pouco falsas. Diz-se, por exemplo, que o pão mata, porque 90% das pessoas, 24 horas antes de morrer, teriam comido pão. Então, estatísticas são, na verdade, um tanto quanto ilusórias, mas é possível afirmar-se que boa parte do que se chama de financiamento privado se constitua de verbas ilicitamente carregadas para a formação da representação política.

Então, essa questão não está, a meu modo de ver, adequadamente enfrentada. Financiamento privado, quanto compõe do financiamento real das campanhas? E mais, ao se instituir o financiamento público, como se conseguirá evitar que o financiamento privado



legal ou ilegal, continue a comparecer no processo? São questões que dizem muito fundo dentro desses aspectos.

Forma-se uma lista pré-ordenada quando não temos sequer a idéia da fidelidade partidária. O casamento partidário se torna obrigatório; a fidelidade, não. Não conheço parlamentares que sejam expulsos ou que se desliguem dos seus partidos por contrariarem os programas das agremiações. A consciência partidária é pouco existente. E como se vai fazer?

Todavia, não fiquemos apenas na crítica. Alguns aspectos podem, de logo, avançar. Façamos o que é possível. Não há razão alguma para se paralisar este País a cada dois anos com eleições fracionadas! Sejamos realistas! Façamos o que está ao nosso alcance.

Acho que, neste instante, a unificação do processo eleitoral verticalizado das eleições, de vereador a presidente da República, é uma demanda de que o País necessita, inclusive para resgatar ou para impedir esta influência espúria do poder econômico na formação do conjunto político. E essa está à mão. Quando digo essa está à mão é porque vejo outras, que se resolvem, com problemas mais sérios.

É difícil, na verdade, que algum parlamentar que tenha voto pessoal aceite a lista pré-ordenada. Ele sentirá: as convenções não representam isso. Em contrapartida, as agremiações que já têm uma certa segmentação dirão: a lista pré-ordenada é a melhor solução. Mas há problemas em que buscaremos algum consenso.

Vejo, por exemplo, que podemos avançar na unificação do processo eleitoral, porque este é um dos poucos países do mundo – pasmem os senhores! – que para nas eleições. É um dos poucos países do mundo em que há leis que proíbem obras públicas próximo das eleições, porque se imagina que as pessoas são contaminadas pelas obras públicas. Esse é um processo educacional vesgo! Se não formarmos a base educacional, não teremos nada.

De certa feita, perguntaram-me, como professor de Direito Administrativo, como se pode ver a questão da infraestrutura dentro do País, a infraestrutura governamental ou a privada? Eu diria que a infraestrutura decorre de uma base substancialmente que não tem sido dada. Ah, não temos infraestrutura aeroportuária! Quando tivermos infraestrutura



educacional teremos infraestrutura política, aeroportuária, tributária e toda a base da infraestrutura.

Notem que os problemas que vivenciamos com a corrupção nos financiamentos privados, com as bifurcações em que o eleitor não se identifica com o seu representante decorrem sobretudo de uma das bases mais importantes, que é o processo educacional. O processo educacional há de nos levar à formação política e de melhorar a nossa representação.

Se pudéssemos dar uma sugestão, diríamos que a reforma política comparece como supraestrutura de uma infraestrutura inafastável, que é a base educacional. Essa base educacional há de gerar uma simetria, o mais proximamente possível, entre representantes e representados.

Evoluamos, sim, neste sistema.

Bem-vindo, Sr. Presidente, a esta terra da Bahia, trazendo este debate tão elegante, tão oportuno, tão propício!

Cresçamos, sim, nessa meta de reformar os modelos e as velhas estruturas. Mas cresçamos com realidade. Avancemos nos pontos em que podemos avançar sem esquecer, efetivamente, de que algo na base, algo na infraestrutura, algo no processo de conscientização deve ser feito.

Penso, por exemplo, que a propaganda unipessoal – só para arrematar, pois não ousa mais lhes roubar tempo – pode ser cambiada pela propaganda dos partidos. Afinal, o que os partidos defendem? E usamos o programa eleitoral, que se diz gratuito, para enaltecer qualidades pessoais dos candidatos, mas muito pouco para se dizer das plataformas partidárias. Quantos aqui...

Ouvi, certa feita, de um americano: “O meu avô já votava nos democratas e eu quero continuar votando com os democratas.” Quantos de nós votamos o tempo inteiro em um partido só?!

A cultura partidária ainda precisa crescer, e muito. Ao crescer essa cultura, aí, sim, poderemos falar das suas derivações.

Neste instante, evoco a Bíblia! Creio, senhores, mas aumentai a minha fé!



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

(Não foi revisto pelo orador.)



1026-I

Ses. Esp. 30/05/11

Or. Augusto Aras

Reforma Política.

O Sr. PRESIDENTE (Almeida Lima):- A presidência agradece a sábia manifestação de V.Ex^a, ao tempo em que tenho a honra de anunciar a palavra do professor de direito da UNB e membro do Ministério Público Federal, Dr. Augusto Aras.

O Sr. AUGUSTO ARAS:- Sr. Presidente, deputado Almeida Lima, saúdo V.Ex^a e a todos os nossos vizinhos e conterrâneos da Bahia, os bravos sergipanos.

Sr. Deputado Rubens Otoni, sub-relator da Comissão de Reforma na Câmara, Srs. Deputados que muito nos honram na representação baiana na Comissão de Reforma, Waldenor Pereira, nossos deputados Luiz Alberto e Daniel Almeida. Saúdo também os nossos deputados estaduais nesta Casa do povo da Bahia.

Muito me honra vir a esta tribuna hoje, aceitando esse convite por demais relevante, para marcar a participação dos nossos políticos e da nossa política nos destinos do Brasil.

Saúdo, na pessoa do nosso prefeito Caetano, todos os municípios da Bahia; da vereadora Olívia, as mulheres baianas e deputadas aqui presentes. Saúdo os Srs. Deputados, prefeitos, vereadores, colegas, professores presentes, senhoras e senhores.

Este momento é por demais importante porque parece que democracia tem a ver, Sr. Presidente, com amor. Parece que temos que lembrar, todo dia, o que está escrito no parágrafo único, do artigo 1º, da Constituição: todo poder emana do povo que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Parece que temos de dizer todos os dias que amamos a nossa querida pátria; temos de repetir todo dia que amamos a democracia, para não esquecermos o que é democracia.

A democracia participativa é isso: a maior parte dela é exercida pela democracia representativa, democracia esta que provê os cargos do Executivo e do Legislativo. Temos a democracia direta, através do referendium, plebiscito e da iniciativa popular; temos a



democracia diretamente participativa, através do direito de representação aos poderes públicos, dentre outras manifestações, enfim, temos uma democracia.

Mas que democracia nós queremos, senhores? Qual democracia que queremos, perguntava o baiano e acadêmico, Eduardo Portela, no último final de semana, na Folha de São Paulo. Que democracia nós queremos?

Tenho que fazer uma breve retrospectiva, Srs. Deputados, acerca da importância dos partidos políticos. Temos visto, vimos no Senado e estamos vendo na Câmara, a discussão de temas relevantíssimos: sistema eleitoral de lista, fechada, aberta, mista, distrital. Temos visto discussões sobre o financiamento público, candidatura avulsa, fidelidade, limite de gastos, reeleição, mas temos de voltar à origem. Não podemos, data vênia, senhores, discutirmos esse assunto sem tratarmos da base, da causa. A nossa causa é o partido político. Por quê? Porque sabemos que, quando o homem pensou em democracia, há 2.500 anos, buscou institucionalizar os conflitos existentes na sociedade-estado da Grécia, institucionalizar conflitos através do *logos*, através da razão como móvel para solucionar os litígios daquela época, e assim se construíram todas as instituições políticas e jurídicas do nosso tempo.

E partido político? Para que serve partido político, que não se fala nessa reforma e me causa espécie, me causa preocupação? Sem partido político, temos a mitificação, temos a idolatria, temos os salvadores da pátria, temos os supostos heróis. Nós temos todos os ditadores do século XX, de Hitler e Mussolini aos nossos caudilhos, aos nossos coronéis.

Vivemos, senhores, nas páginas da imprensa baiana e nacional, problemas partidários veementes. Temos, na Bahia, nos jornais da semana passada, grandes questões partidárias. No plano nacional o surgimento de um partido que se tornou, de repente, o desaguadouro de todos os insurretos ou de todos os insatisfeitos. Não podemos desprezar que, no pós Segunda Guerra Mundial, as nações vitoriosas procuraram uma solução: institucionalizar os conflitos políticos através da despersonalização. Vamos institucionalizar o poder através dos partidos políticos! Por isso, no pós Segunda Guerra, surge a constitucionalização dos partidos políticos, aquilo que a doutrina chama de Estado parcial de



partidos para não ser confundido com o Estado de partido único, tal qual está intimamente ligado à ideia do partido único.

O Brasil é reconhecido como Estado parcial de partidos, e assim o é porque não admite candidaturas avulsas. Mas vejo, no Senado, proposta de candidatura avulsa! E o Supremo já disse que é inconstitucional! É cláusula pétrea! Não se pode admitir candidatura avulsa no Brasil, nem por experiência, por ser cláusula pétrea, senhores. O Supremo já disse que tudo que está contido no artigo 5º até o 17º, que trata dos partidos políticos, é cláusula pétrea, são direitos políticos, são direitos e garantias fundamentais. Por que isso? Para que não tenhamos novos ditadores, novos coronéis, novos caudilhos! Mas a fidelidade partidária nos trouxe elementos novos no cenário político nacional. E o que foi isto? Aquilo que no meu livro, cujo modelo do atual mandato político representativo partidário foi acolhido no Supremo, traz a ideia de que haveria, naturalmente, uma fase de transição. Fase essa permeada pela ideia de que surgiriam os donos dos partidos, surgiriam as cúpulas partidárias, de cima para baixo, impondo a sua vontade sob as instâncias intermediárias, que são os diretórios regionais, distritais e municipais.

Prevíamos que seria necessário parar para discutir o assunto, seria necessário parar para saber como iríamos respeitar a base do regime democrático. A democracia extrai a sua legitimidade material da vontade popular! Em outros termos, da vontade que emana da base. Teoricamente a Casa Legislativa mais importante deste País é a Câmara Municipal, porque ali é a base física, mas a Casa que está fazendo esta interlocução entre as unidades da Federação e os Estados brasileiros são as Casas Estaduais, e temos uma estrutura federativa. O que está ocorrendo no Brasil é a subversão da democracia, em que vemos, a cada dia, a cada instante as cúpulas nacionais impondo aos diretórios estaduais, e esses aos municipais, vontades caprichosas de alguns. Isto subverte a ordem democrática.

Daí porque, senhores - não quero romper com o tempo -, fica a pergunta: por que não se está tratando nesta reforma sobre o respeito à autonomia partidária no particular das instâncias partidárias, especialmente das instâncias municipais e estaduais, sempre num contexto de baixo para cima? Porque assim que se manifesta o ideal democrático calcado em liberdade, igualdade e dignidade da pessoa humana, em que o homem é o fim em si mesmo,



em que o homem encontra o seu valor máximo universal na escolha dos seus próprios destinos, quando escolhe os seus representantes e as respectivas políticas públicas.

Vamos falar de sistemas eleitorais. Não há brasileiro que não tenha ouvido falar em sistema eleitor. Quantos brasileiros sabem que em pesquisa feita na academia foram encontrados 36 modelos de sistema eleitoral no Brasil? E a pergunta é: qual é o modelo melhor para o Brasil? Alguém sabe qual é o melhor modelo para o Brasil? Me parece que não por uma razão muito simples esta é uma decisão política de cada povo. O Brasil e a Comissão de Reforma, aqui presente, poderá decidir e propor um modelo que seja peculiar ao Estado brasileiro e que atenda as nossas necessidades e a nossa democracia.

Então, não existe um modelo democrático próprio, específico para o Brasil, esse modelo há de ser construído por V.Ex^{as}: vereadores, deputados estaduais e federais e senadores, auscultando nossa realidade sociológica, política e a vontade do povo. Então, para que falar de sistema de lista fechada se hoje quem irá para ela serão as cúpulas partidárias, seus parentes, seus entes afetivos, seus correligionários? Ou queremos um novo México aparelhado com o PRI de 72 anos que o levou a um estado sofrido, catastrófico de criminalidade? O que é o aparelhamento senão essa ausência de capacidade de sentir, de oxigenar a democracia mediante um permanente rodízio das suas lideranças?

Srs. Deputados, o que podemos imaginar de uma juventude que não tem nenhuma garantia de se alçar a um cargo público, porque não sabe se terá legenda para se candidatar? Deputado Targino, conheço o seu trabalho e V.Ex^a tem sido corajoso nas suas posturas de falar certas verdades. Talvez o que eu esteja falando aqui não interesse a muitos ou alguns, mas interessa especialmente à juventude, que precisa renovar sua esperança num Brasil melhor, através de um partido, tendo essa juventude oxigenando em todas as instâncias. Este é um tema que me é caro: lista fechada. Quem vai compor a lista fechada se não há respeito às decisões das instâncias partidárias municipais e depois as estaduais?

A segunda questão é financiamento público em campanha. Já temos financiamento misto. O povo brasileiro paga 1 bilhão por ano de compensações fiscais do horário da propaganda partidária e eleitoral gratuitas. Temos o fundo partidário, ou seja, temos sim muito dinheiro do povo brasileiro investido. Agora no dia 29 de maio acabamos de pagar



nossos tributos, trabalhamos quase 6 meses para pagar e 1 bilhão foi para as emissoras de rádio e televisão.

Mas o que queremos se não oxigenamos o partido e não respeitamos a autonomia das bases partidárias? Queremos o quê? Que além das cúpulas partidárias colocarem seus próprios familiares ou amigos ou correligionários alimentando o fisiologismo, o clientelismo, aparelhando o Estado, querem também que paguemos suas contas da eleição? É outra pergunta que se faz.

Mas se fala muito que partido político é fraco. Ora, como podemos ter partidos políticos fortes se não temos até hoje uma fidelidade efetivamente incrustada na consciência dos nossos cidadãos? Só teremos partidos fortes se tivermos fidelidade. A Inglaterra é tão rígida na fidelidade que tem um corregedor em cada partido dentro do Parlamento Inglês. O italiano não conseguiu instalar esse sistema, mas ao menos estabeleceu que o indivíduo pode respeitar a opinião do partido não votando. E nós temos outro sistema. Nos Estados Unidos ninguém ousa mudar de partido, não se conhece nenhuma hipótese de mudança de partido.

Mas, senhores, outro assunto que me faz ser tomado de alguma perplexidade é a ideia de que eleição é ruim. Eleição nunca foi ruim, a democracia americana se faz em cima de eleição, a tal ponto que tem 45 dias que o prefeito de Miami-Dade sofreu um recall, ele foi destituído da mesma forma pela qual foi eleito pelo povo. O ex-governador da Califórnia, Arnold Schwarzenegger foi eleito para um mandato tampão, porque foi destituído.

Na reforma de 2009, participei junto com a Comissão da OAB, UNB, do Senado e da Câmara, nos estudos da reforma, houve um acréscimo de uma norma fundamental que é a obrigação que tem os candidatos ao Executivo de estabelecer programas de governo. Para que termos a obrigação de programa de governo, se não houver obrigação política do gestor, do prefeito, do governador, do presidente, de cumprir esse programa?

Ou nós podemos ignorar a doutrina norte-americana, segundo a qual não existem palavras inúteis na lei? Qual é a consequência? A consequência é que os nossos bravos deputados e senadores, eu digo bravos porque o Legislativo é o Poder mais legítimo deste País. Numa democracia, este que é o Poder legítimo. E na história da nossa civilização ocidental, o Poder que se contrapôs ao absolutismo foi o Legislativo. Nem Montesquieu



acreditava no Poder Judiciário, embora acreditemos ser ele a última trincheira contra as injustiças...

Pois bem, precisamos, sim, ter eleições, mas não de 2 em 2 anos. Até chegarmos ao amadurecimento deste povo, necessitamos de eleições todos os anos. Quando temos eleições, temos todas as comunidades interessadas nos fatos políticos, nas políticas de governo, ainda que alguns digam que isso é cansativo e desgastante.

Não vim a esta tribuna, senhores, senão para defender partidos fortes, em que a autonomia partidária se faça de baixo para cima. E assim não haja, efetivamente, uma ditadura intrapartidária, que vem se verificando em todo o País, e o Judiciário já é testemunha desse fato.

Para concluir, senhores, quero dizer que estive atuando no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), por 2 anos. Afastei-me de lá no dia 20 de dezembro de 2010. Cada processo que parava em minha mesa, minimamente, valia R\$ 400 milhões, ou 20% do mercado nacional. A cada mês, tínhamos 100 processos na mesa, ou seja, entre 20 e 40 bilhões entrando ou circulando pelo País. Isso quer dizer, senhoras e senhores, que durante 1 ano e meio lá estive, e a imprensa nunca foi lá.

Até o dia em que cheguei ao Conselho Federal da OAB e bradei: “Como é que temos um órgão, uma autarquia federal com tamanha importância, que julga, por mês, o equivalente a R\$ 40 bilhões de capital que circula na Nação, e nem a imprensa não entra aqui?”

Dias depois, apareceram uns três grandes veículos de circulação nacional. A partir de então, começamos a ter alguma transparência. Ao sair de lá, deixamos multas no valor de R\$ 5 bilhões contra grandes cartéis. Deixamos mais R\$ 20 bilhões de multas para serem aplicadas em 2011/2012. Mas nada disso é falado. Isso é cidadania, é política, é o dinheiro que irá circular nas eleições. E é dinheiro que o povo brasileiro precisa saber para onde vai.

Transparência, sim. Democracia eternamente!

Muito obrigado, senhores. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



1027-I

Ses. Esp. 30/05/11

Or. Luiz Alberto

Reforma Política.

O Sr. PRESIDENTE (Almeida Lima):- Agradeço as palavras do professor Augusto Aras.

Tenho a honra de registrar as presenças do deputado federal José Rocha; da vice-prefeita de Brumado, Ilka Vilas Boas; do presidente da Câmara de Vereadores de Salvador, Pedro Godinho; da ouvidora da Câmara Municipal, Olívia Santana; do vereador de Vera Cruz José Epifânio da Silva Filho; da vereadora de Coração de Maria Edilene Paim, articuladora da Liga Brasileira de Lésbicas.

A partir deste momento esta presidência irá alternar o uso da palavra entre um membro da Mesa e outro do Plenário, com o propósito, como disse inicialmente, de ouvir a Bahia acerca da proposta de reforma política para o País.

O primeiro inscrito é deputado federal Luiz Alberto, que está na Mesa.

O Sr. PRESIDENTE (Almeida Lima):- Concedo a palavra ao deputado federal Luiz Alberto.

O Sr. LUIZ ALBERTO:- Sr. Presidente, deputado Almeida Lima; membros da Mesa, deputado Rubens Otoni, deputados Daniel Almeida e Waldenor Pereira, que propuseram esta conferência na Bahia para ouvir os baianos e as baianas sobre a reforma política, não vou alongar-me muito, até porque o nosso relator já expôs todos os temas que esta Comissão vem debatendo e apresentando para propor uma reforma política de acordo com os anseios da sociedade brasileira. No entanto, como disse o nobre conferencista Celso Castro, que evocou aqui a Bíblia, eu tenho meus otimismo, mas também meus pessimismos. Talvez mais pessimismo do que otimismo.

Gostaria também, Sr. Presidente, de marcar uma posição que sempre defendi em relação à questão da reforma política. Concordo com o nobre conferencista, que diz que essa reforma é a matriz principal de todas as reformas, até porque ela é que vai construir as



ferramentas, os instrumentos da disputa de poder no nosso País. Portanto, tal reforma poderá definir a composição dos espaços de poder, seja no Legislativo, seja no Executivo.

Então desde sempre, desde o início, tenho defendido que a única possibilidade de fazer uma reforma política profunda no Brasil será através da convocação de uma constituinte exclusiva. Não penso ser possível realizar uma reforma política - é a minha opinião, também já dita por vários dos companheiros que me antecederam - quando não há nenhum único tema de consenso no Congresso. Nenhum! Logo, é possível se chegar à conclusão de que aquela Casa, eleita com as regras atuais, não vai querer mudá-las tendo-as já sob o seu controle.

Portanto, acho muito difícil que a gente consiga evoluir para uma reforma política, a não ser em questões pontuais, laterais no debate que estamos fazendo. Por exemplo, uma que não é consenso: o nobre conferencista Augusto Aras colocou daqui uma posição contrária ao financiamento público. Eu entendi assim. Acho que a questão do financiamento público é fundamental até porque, se pegarmos hoje o volume de recursos utilizado legalmente na última eleição, para composição das Casas Legislativas nos planos estadual e federal, e fizermos uma avaliação, acredito que a maior parte dele veio das grandes empresas que financiaram as campanhas. Isso sem considerar os chamados recursos não contabilizados, que talvez sejam superiores àquilo que é registrado na Justiça Eleitoral. Então, creio ser essa uma questão central.

Segundo, não acredito - e tenho dito isso nas oportunidades que tive, presidente Almeida Lima, de participar dos debates naquela Comissão - que a reforma política, por ser um debate que vai ou pretende modificar as regras, os instrumentos de disputa do poder, queira, até porque não pode, correr o risco - tenho meus pessimismos, como disse há pouco - de só aprovar leis que diminuam o custo da campanha, que facilitem a vida dos que disputem eleições ou já estão no sistema disputando-as, se ela não atentar para a questão central. A reforma política tem que viabilizar o aprofundamento da democracia brasileira, com a participação plena das populações. E, quando falo em população, falo dos mais variados perfis culturais que o nosso povo tem.



Aí, quero voltar a este debate: a população negra brasileira, Sr. Presidente, hoje, segundo o IBGE, representa 51% da população do país. Temos, hoje, na Câmara dos Deputados menos de 5% de representação da população negra, naquela Casa, e menos ainda no Senado. E quero aqui parabenizar V.Ex^a, porque teve a ousadia de propor, e a comissão assim aprovou, percorrer o país, discutir com a sociedade, levantar as polêmicas. Mas elas – acredito eu com toda a nossa boa vontade – não serão suficientes para que haja uma participação popular expressiva.

Defendi e acho, inclusive, o presidente Lula esta semana voltou a tocar nesse ponto e disse que provavelmente tenhamos de voltar a discutir a questão da convocação de uma Constituinte exclusiva, porque, no andar da carruagem, dificilmente, faremos uma reforma política que a sociedade reclama. Todos nós saímos assustados da eleição, principalmente, dos partidos mais populares, com o poder econômico determinando a eleição. Mas não podemos fazer um acordo político só por isso, porque o Congresso é assim, toda vez em que há um crime hediondo cometido no país, aí, o Congresso diz que precisa mudar a legislação criminal, aumentar a pena, etc. E, aí, começa aquela mesma coisa na reforma política.

Em minha opinião, a Constituinte exclusiva levaria necessariamente os candidatos a formarem a Constituinte, irem para as ruas defender as suas posições, mobilizarem a sociedade ou aquela parte da sociedade que os candidatos potencialmente representam para defender as suas opiniões e, mais ainda, carimbar no seu debate e na sua eleição as propostas que defenderam publicamente na conformação da Assembleia Constituinte exclusiva.

Portanto, Sr. Presidente, finalizando, saúdo a Mesa, o prefeito Luiz Caetano, que tem feito um grande trabalho à frente da UPB, não é tema nosso aqui, mas quero lembrar a V.Ex^a o debate sobre os *royalties* que vamos fazer.

São temas como esse que, se a composição do Congresso é deformada pelo poder econômico, questão centrais para o povo não avançam em função da correlação de forças que o grande empresariado determina no financiamento privado de campanha.

Então, Sr. Presidente, encerro aqui dizendo gostaria, aliás, há um requerimento meu que foi aprovado naquela comissão que chama dois cientistas políticos para debater e



colocar à disposição da comissão dramáticas informações acerca da exclusão da população negra.

Quero só colocar um dado histórico. Quando o Brasil saiu da escravidão, instituiu instrumentos de exclusão da população negra, como é o caso que perdura até hoje, uma meia-cidadania que me parece, e aí os conferencistas podem ou não confirmar, que só o Brasil tem isto, o analfabeto brasileiro, que foi construído ao longo da história e que somos nós da população negra, tem o meio-direito, ele pode votar, mas não pode ser votado. E, antes, ele não podia nem votar e nem podia ser votado. Se exclui, se pune a vítima onde o estado negligencia no direito ao acesso à educação. E, ao invés de punir o estado, se pune a vítima, aquele que não teve oportunidade de frequentar uma escola, portanto, somos nós os analfabetos.

Então, Sr. Presidente, quero agradecer a oportunidade de colaborar nesta conferência aqui no Estado da Bahia.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

**1028-I****Ses. Esp. 30/05/11****Or. Capitão Tadeu****Reforma Política.**

O Sr. PRESIDENTE (Almeida Lima):- Diante do número crescente – isso é muito bom – de inscritos para fazerem uso da palavra, a presidência toma a decisão antipática, bem verdade, de pedir à nossa assessoria de Mesa que, ao término de 2 minutos, chame a atenção para que, com mais 1 minuto, logo, 3 ao final, o orador conclua a sua fala.

Convido para se aproximar já do microfone o deputado Capitão Tadeu Fernandes – o objetivo é, exatamente, um orador da Mesa e um do Plenário –, ao tempo em que anuncio as presenças do professor Paulo Fábio Dantas Neto, da Universidade Federal da Bahia; Andreia Lisboa de Souza, coordenadora da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros e colaboradora do Instituto Cultural Steve Biko; Izzadora Brito, da Agência Nacional do Petróleo; Ronaldo Rodrigues, do Sindicato dos Químicos e Petroleiros; Teresinha Barros, do Fórum de Mulheres de Lauro de Freitas; Marilda Maria da Cruz, presidente da Associação Comunitária Beneficente de Baiacu; Alderico Sena, presidente do Movimento dos Aposentados do PDT; Thiago Fernandes, presidente do DCE da Universidade de Santa Cruz; Valdemir Lima, do Movimento Negro Unificado; e José Raimundo de Jesus dos Santos, secretário de Comunicação do PT de Camaçari.

Com a palavra o deputado Capitão Tadeu Fernandes.

O Sr. CAPITÃO TADEU:- Sr. Presidente, deputado federal Almeida Lima, autoridade na pessoa de quem cumprimento todos os presentes na Mesa e no Plenário.

Às vezes fico preocupado com a imagem de V.Ex^{as} que compõem essa comissão, que pode sair desgastada perante o Brasil, pois a expectativa do Brasil é muito grande em relação a essa reforma política e sabemos da dificuldade que é chegar a um consenso numa Casa Legislativa como a Câmara dos Deputados. Então, as dificuldades para o consenso são tão grandes que penso no desgaste que V.Ex^{as} poderão sofrer.

Mas homem puro tem que ter a coragem de enfrentar as dificuldades e enfrentá-las com inteligência e sabedoria para o bem do Brasil. Aliás, foi para isso que fomos eleitos.



Para ser rápido, quero apenas tocar em quatro pontos, emitindo a minha opinião pessoal, e que possa contribuir com os senhores na hora de avaliar. O consenso só será possível depois que várias opiniões forem ouvidas. E gostaria de deixar a minha.

Com relação ao poder econômico, não é preciso repetir o quanto é uma preocupação no Brasil inteiro. A fonte de corrupção, hoje, está lastreada no financiamento de campanha nos moldes em que ela se encontra. Então, tem que se pensar numa reforma política em que se reduza ou se anule essa dependência econômica do poder público em relação ao privado.

Uma questão para ser avaliada é a do voto facultativo. Entendo que numa democracia não se pode obrigar o eleitor a votar. Entendo que cabe aos políticos serem convincentes e convencer os seus eleitores a irem às urnas votar, mas não ir às urnas apenas pela obrigatoriedade. Essa é a minha opinião em relação ao voto. Sejam competentemente em convencer o eleitor a ir às urnas, para votar em nós, mas não obrigá-lo.

Com relação ao voto distrital. Penso ser muito importante essa questão. Não tem cabimento um ex-prefeito de uma cidade no Sul da Bahia, como exemplo apenas, dirigir-se a uma cidade do Norte da Bahia a fim de pedir votos quando ele não tem nada a ver com a região. Todos sabemos que ele não vai trabalhar pela região, mas encarece o custo de campanha e não terá a legitimidade para a cidade.

Então, o voto distrital é muito importante, mas o voto distrital misto, porque existem aqueles que trabalham com ideias, com projetos e não com região. Então, o voto distrital misto irá reduzir a questão do custo de campanha e dar mais dignidade ao eleitor.

Por fim, Sr. Presidente, eu queria aqui deixar a sugestão para a questão do voto em trânsito. Não é justo que os trabalhadores que sustentam a democracia no dia da eleição, aqueles servidores públicos que se dirigem a outras cidades para ajudar na organização das eleições não possam votar.

Então, fica aqui a sugestão, para que seja permitido, e hoje já há tecnologia para isso, para que aqueles que estivessem trabalhando para garantir a democracia pudessem participar da festa da democracia com o voto. Então, é muito importante essa última sugestão.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

Obrigado e parabéns a todos vocês.

(Não foi revisto pelo orador.)



1029-I

Ses. Esp. 30/05/11

Or. Reinaldo Braga

Reforma política.

O Sr. Presidente (Almeida Lima):- Agradeço pelas palavras e pela atenção de V.Ex^a.

Convido o deputado estadual Reinaldo Braga, presidente da Comissão Extraordinária para discussão da Reforma Política da Assembleia Legislativa da Bahia para fazer uso da palavra, ao tempo em que anuncio a presença do Dr. Fabrício Bastos, advogado; Augusto Souza de Aras, também advogado; Washington Fernando Franco, presidente do Partido dos Trabalhadores de Brumado; José Antônio Fontes, educador, de Salvador; Carolina de Jesus Souza, estudante; Rafael Santos Borges, quilombola Água Fria.

Solicito também ao deputado Rubens Otoni para assumir a Presidência por alguns instantes, por gentileza.

Com a palavra V.Ex^a.

O Sr. REINALDO BRAGA:- Sr. Presidente deputado Almeida Lima, demais membros da Mesa, quero aqui fazer referência aos palestrantes, Dr. Celso Castro e Augusto Aras, aos membros dessa comissão, Rubens Otoni, Daniel Almeida, meu caro ex-colega e grande parlamentar, Waldenor Pereira; Luiz Alberto, também deputado federal; meus colegas deputados estaduais, deputado federal aqui presente, Jânio Natal, quero iniciar a minha fala dizendo que fiquei muito feliz em ouvir aqui os palestrantes, os oradores, os deputados que me antecederam e dizer que essa reforma política é realmente importantíssima. Bem frisou aqui o deputado Luiz Alberto que toda vez que acontece algo monumental, algo que mexe com a sociedade, o Congresso tende a acordar para tomar algumas providências. Reforma política é fruto também disso.

O Poder Judiciário, talvez até de propósito, vendo que o Congresso não andava e que na reforma política não aprimorava o seu sistema eleitoral, começou a interferir, é o que o conferencista Celso Castro chamou aqui de “judicialização política”, começou a interferir, acho que de propósito mesmo, começou a verticalização, a fidelidade partidária, o voto com



dois documentos agora, tem que levar a carteira de identidade porque tem a foto, o título não precisava de foto, e por aí vai.

Isso mexeu no íntimo, no interior, nas profundezas dos congressistas. E a nós todos - deputados estaduais, prefeitos e vereadores - começaram a atacar: *“Vocês estão fazendo o que aí? O que os senhores estão fazendo aí?”* Eu ouvia isso em cada esquina que eu passava na cidade do interior; em cada ambiente que eu frequentava eu ouvia isso. O que é que o Congresso está fazendo que não legisla? Quem está legislando é o Poder Judiciário. Mexeu no foro íntimo de cada um, de cada parlamentar. Essa reforma vai sair talvez até por isso. Mas ela depende e muito, nós sabemos disso, infelizmente, do Poder Executivo.

Quando eu ouvi no fim do seu mandato o presidente Lula dizer que ia abraçar a causa da reforma política e também a presidente Dilma dizer no seu primeiro discurso que a reforma política era prioridade, estou crente que ela vai avançar.

Quando o Senado criou uma comissão especial para tratar dessa reforma e logo após a Câmara também o fez. Eu me animei mais e aqui já fiz uns três pronunciamentos a esse respeito. Tive a idéia também, através de um requerimento ao presidente da Casa, de solicitar a criação de uma comissão extraordinária para tratar desse assunto, não com o objetivo de decidir, porque não temos esse poder nessa função, nessa competência, mais de colaborar com o Congresso Nacional, colaborar com o Senado, colaborar com sugestões com a Câmara dos Deputados. É o que estamos fazendo: reunindo, discutindo, para ver se chegamos a um denominador comum e levar alguma coisa para Brasília, alguma coisa como contribuição. E posso dizer que esta comissão que instituímos aqui está sendo bem prestigiada, muitos deputados interessados nas discussões e fazendo parte dela.

Presidente Almeida Lima, eu fiquei até mais alegre quando, da reunião dessa Comissão em Porto Alegre, li que o presidente Marco Maia, que é gaúcho, disse que a reforma política vai avançar, vai aprovar mudanças mas de forma gradual, e salientou que há acordo para votação sobre o financiamento público de campanhas, o fim das coligações, a coincidência de eleições gerais e municipais, a extensão dos mandatos dos executivos e também sobre a mudança na estrutura de suplentes no Senado. V.Ex^a, competente como é, o conheço muito nos seus debates no Congresso, através da televisão, disse das dificuldades,



mas afirmou que “tudo no Congresso se vota em uma semana quando há vontade política e consenso.” V.Ex^a fazia referência que há muitas PECs e que elas precisam de dois turnos na Câmara e no Senado, mas sentenciou: “Tudo no Congresso Nacional se vota em uma semana quando há vontade política e consenso.” É isso que nós esperamos, que a sociedade espera, que nós políticos esperamos, que os vereadores esperam. Porque a reforma política é uma reforma eleitoral, é urgentíssima.

O que é que houve, o que é que tememos? É que a cada eleição as regras mudem com o jogo andando; a cada eleição, seja municipal ou estadual, as regras mudem. E eu disse na sua ausência aqui, deputado Almeida Lima, que o Judiciário, talvez de propósito, tenha começado a legislar para acordar o Congresso.

Em 2004, na eleição de prefeito e vereadores, depois das convenções, escolhidos os candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereadores, depois das convenções realizadas, no último dia 30 de junho, o Supremo Tribunal, interpretando a Constituição, disse que as constituições estaduais e a Constituição Federal não podiam fixar o número de vereadores nas câmaras e mudou a composição de vereadores nas câmaras. Os juízes nos chamaram, os líderes políticos, para mudar a ata da convenção, tirando alguns nomes que foram colocados apenas convencionais. O jogo estava andando, e já no segundo tempo as candidaturas sendo registradas.

Por isso, acho que essa ideia de V.Ex^a de correr o País é muito importante, por quê? Porque vai ouvir depoimentos como os que estão aqui feitos, enriquecendo mais essa comissão para que ela produza um bom trabalho e que seja eficiente e eficaz para a política brasileira.

Muito obrigado (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



1030-I

Ses. Esp. 30/05/11

Or. Luiza Maia

Reforma Política.

O Sr. PRESIDENTE (Almeida Lima):- Agradeço as palavras do deputado. Fugindo um pouco a regra, mas, como não ouvimos ainda nenhuma mulher, chamarei um segundo orador da Mesa, a deputada Luiza Maia.

Antes, quero registrar as presenças de Jânio Natal, ex-deputado estadual, ex-prefeito de Porto Seguro e atualmente deputado federal, Joélcio Santos da Paixão, do Movimento Negro, Ronivon dos Santos Souza, presidente da Associação dos Evangélicos de Água Fria, Fábio de Carvalho Pereira, presidente do Diretório Municipal do PT de Camaçari, Genebaldo de Souza Correia, ex-deputado federal.

Com a palavra a deputada Luiza Maia.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, vou dispensar as formalidades da saudação, até porque três minutos não dariam para falar o nome de todo mundo.

Também sou da opinião de que é muito importante trazer esta discussão, o debate sobre reforma política para aqui. Quero me prender apenas em dois pontos, porque não temos tempo para mais do que isso.

A questão das mulheres. Um exemplo concreto - não foi, Olívia? - é que para chegar à Mesa mais uma tivemos que brigar. Os senhores que estão lá no centro da discussão não podem deixar passar ao largo a questão da mulheres.

O deputado Luís Alberto foi brilhante aqui, assino embaixo do que ele disse. Ele fez muitas referências aos negros, e temos que colocar no mesmo patamar a questão das mulheres. Não dá mais - hoje são mais de 50% das mulheres do Brasil, eleitoras - para essas mulheres serem sub-representadas, da forma que está nos espaços de poder. E nesse sentido que fazemos um apelo para, realmente, essa questão das mulheres. Um mecanismo que ajude as mulheres a chegarem a esses espaços também é importante. E os senhores precisam nos ajudar nessa discussão. Sabemos que não vai ser uma coisa fácil, não estou



querendo atingir ninguém pessoalmente, é uma cultura que existe, é um espaço de macho, branco, rico. A política é assim, o poder é assim.

Agora, nós mulheres não nos conformamos com isso. Não é, Olívia? Queremos chegar lá, achamos importante e fundamental. Sem as mulheres não existe a democracia.

Eu queria fazer este apelo. Um apelo maior – e aí foi Luís Alberto quem disse. A dificuldade de se formar um consenso no Congresso, é muito simples, minha gente. O consenso a gente forma botando o povo para olhar, botando o povo para dizer o que queremos. Não é, Terezinha? E temos um exemplo na nossa história. Na Constituição de 1988, éramos apenas 20 e poucas deputadas, no entanto a nossa organização, a nossa força, o nosso *lobby*, chamado de “*lobby* do batom”, fez com que conquistássemos vários avanços na Constituição.

Precisamos fazer a mesma coisa. O consenso que o Congresso vai fazer é na hora em que ouvir a voz do povo. Como disse a nossa mestra Analice na sessão que Marta Suplicy... Inclusive registro aqui o pouco caso que a própria mídia fez com aquele debate importante e fundamental também, então o que temos que fazer é pressão, é mostrar para os congressistas que o povo está atento. E eles precisam do nosso voto e precisam do nosso apoio.

Não vejo uma outra saída para a gente realmente pressionar. Está aí o exemplo do “Ficha Limpa”, não dá para falar das outras questões que gostaríamos de falar, mas acho que o que temos que unificar aqui, principalmente as mulheres, é que temos que estar nas ruas mobilizando e mostrando a importância deste debate, desta reforma para vida das mulheres, para a vida dos negros, para a vida de todos os segmentos que não conseguem chegar aos espaços de poder, porque o poder econômico é quem está mandando.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)



1031-I

Ses. Esp. 30/05/11

Or. Álvaro Gomes

Reforma política.

O Sr. PRESIDENTE (Almeida Lima):- Agradeço a V.Ex^a, nobre deputada.

Concedo a palavra ao deputado estadual Álvaro Gomes.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente Almeida Lima, na sua pessoa saúdo toda a Mesa; deputados Waldenor Pereira e Daniel Almeida, proponentes desta conferência, início dizendo que este debate é muito rico. Temos aqui vários pontos importantes, polêmicos, mas há um consenso geral, eu diria, de que precisamos fazer uma reforma.

Evidentemente, todas as questões colocadas aqui são polêmicas, mas diria que precisamos nessa reforma política, por exemplo, na questão eleitoral, combater a influência do poder econômico. E aí uma das formas seria o financiamento público. E é fundamental que fortaleçamos as idéias, as propostas, os projetos, e não projetos personalistas de quem quer que seja.

Como fortalecer idéias, as propostas, os projetos e os partidos? Parece-me que a forma mais adequada é através da lista predeterminada, ou seja, a chamada lista fechada. Essa é uma forma, mas poderíamos ter outras para cumprir esse objetivo.

Por outro lado, entendo que as coligações precisam continuar. Acho que o seu fim seria prejudicial, tendo em vista que são feitas voluntariamente; só acontecem se dois ou mais partidos aceitarem. Considero importante a continuidade.

Também acho fundamental que se busque mecanismos para aumentar a participação das mulheres, dos negros, enfim, a participação popular. A participação que seja a cara do Brasil, a cara de cada estado, a cara de cada cidade. É muito importante que seja uma reforma política que fortaleça a democracia e o processo democrático.

Quero mais uma vez parabenizar o presidente da comissão, Almeida Lima, e os proponentes desta conferência, o nosso companheiro Waldenor Pereira, que poderá ser um dia camarada, e o nosso camarada Daniel Almeida, presidente do nosso partido. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



1032-I

Ses. Esp. 30/05/11

Or. Olívia Santana

Reforma política.

O Sr. PRESIDENTE (Almeida Lima):- Agradeço as palavras de V.Ex^a.

Embora ela seja ouvidora, vamos pedir para que fale agora. Com a palavra a ouvidora da Câmara de Vereadores de Salvador, Olívia Santana.

Antes de passar a palavra à oradora, anuncio as presenças do vereador Joceval Rodrigues, presidente estadual da União dos Vereadores da Bahia; do vereador de Salvador Gilmar Santiago; de Waldir Rodrigues Souza, vice-presidente do PT de Barreiras; de Geraldo Sobral Ferreira, vice-presidente da Academia de Letras Jurídicas da Bahia; de Alessandro Dias Rodrigues, prefeito de Campo Alegre de Lourdes; de José Souza de Novaes, vereador de Iraquara.

Com a palavra a vereadora Olívia Santana.

A Sr^a OLÍVIA SANTANA:- Boa-tarde a todas e a todos. Nas pessoas do presidente Almeida Lima; do relator Rubens Otoni; do presidente do meu partido, Daniel Almeida; e da nossa querida Luiza Maia, saúdo toda a Mesa.

Quero dizer que temos um interesse muito particular em relação à reforma política. Nós mulheres queremos que essa reforma política seja, efetivamente, um instrumento para fazer avançar a democracia representativa brasileira. Acho que a própria configuração da Mesa desta audiência revela o quão masculino é o poder em nosso País. Não só masculino, mas também branco, e ninguém deve se sentir ofendido em falarmos sobre essa questão. (Palmas) Temos um retrato do que foi essa construção histórica de exclusão no Brasil: os negros, fora do poder, as mulheres, fora do poder... A reforma política tem que ser efetivamente impulsionadora da democratização das estruturas de poder em nosso País. Portanto, precisamos ter a lista pré-ordenada, com alternância - o nome masculino, o nome feminino...

Essa comissão deve avançar ainda mais, estabelecer instrumento, mecanismo de garantia do recorte étnico racial. É uma vergonha entrarmos no Congresso Nacional. Parece



que estamos num país europeu e não no Brasil. É preciso acabar com essa hipocrisia, desculpem-me o termo. Quando um militante da luta antirracista, do racismo antinegro, quando colocamos “o dedo na ferida” sobre o racismo à moda brasileira, alguém sempre evoca a miscigenação que este País tem e diz: “Mas não há branco neste País! Vocês estão com essa fantasia.”. E evoca o caráter da mestiçagem, da miscigenação. Pois bem, o que queremos é que o poder seja exatamente o retrato do que é a sociedade brasileira: uma sociedade mestiça, diversa, de homens, de mulheres, de negros, de indígenas, estes massacrados e que não existem no Congresso Nacional.

Para finalizar, presidente, quero dizer que, como militante, dirigente do Partido Comunista do Brasil, também da Direção Nacional do PC do B, temos defendido a manutenção do direito à coligação. Não podemos esquecer que a instituição da democracia no Brasil fez também com que os partidos que adentraram o palco democrático o fizeram de forma desigual. Muitos acumularam na época da Ditadura, beneficiaram-se da Ditadura Militar, enquanto um partido como o meu, que é programático, entrou para a vida política pela porta do movimento social e não pelo sobrenome que ostentamos. Teve que ficar no ostracismo, foi massacrado, muitos comunistas morreram. Agora é muito cedo para se dizer que se tem que pôr fim à possibilidade da coligação. Se não houvesse coligação neste País, possibilidade de aliança, as mesmas forças reacionárias que atrasaram o desenvolvimento da democracia brasileira poderiam estar aí e Lula, ou Dilma poderiam não ter chegado aonde chegaram. Então, está muito cedo para se acabar com a coligação. Temos que ter reforma política para avançar e não para engessar o Parlamento e os espaços de poder neste País. Muito obrigada e desculpem-me por ter me estendido. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

**1033-I****Ses. Esp. 30/05/11****Or. José Raimundo****Reforma política.**

O Sr. PRESIDENTE (Almeida Lima): - Agradeço a V.Ex^a. Anuncio a palavra do deputado estadual José Raimundo, ao tempo em que registro a presença do Sr. Walmir França, coordenador do Forum de Entidades Negras da Bahia; do Sr. Paulo Roberto Pereira do Nascimento, presidente da Associação Cultural dos Negões; do Sr. Edvaldo Marcelo Abençoados dos Santos Leal - que nome bonito -, vereador de Santo Estevão; do Sr. Valmir Alves de Oliveira, vereador de Iraquara; do Sr. Paulo Sérgio, vereador de Iraquara, e do Sr. Fernando Viana, também vereador de Iraquara. Com a palavra V.Ex^a.

O Sr. JOSÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente desta sessão e da Comissão Especial, deputado federal Almeida Lima; deputado Waldenor Pereira, deputado Daniel Almeida, caras colegas deputadas Maria Luiza Laudano, Luiza Maia, colegas deputados, senhores, senhoras, lideranças, demais membros da Mesa, o tempo é breve. Vou tentar colocar algumas ideias para que possamos desenvolvê-las aqui internamente na nossa Comissão para em seguida encaminhar talvez um documento mais consolidado para o debate nacional.

A primeira coisa é que, na verdade, nós não estamos diante de uma reforma política. O que estamos observando é que o debate é muito mais eleitoral, é no entorno do processo da legislação eleitoral, sequer uma reforma partidária eu estou vendo concretamente na agenda do debate nacional. E aí é importante dizer como é que nós vamos fazer uma reforma eleitoral com alguns aspectos na política sem debater, efetivamente, o lugar da política?

Ora, o que é que nós estamos observando hoje no imaginário da população brasileira? Uma crise de legitimidade da ação política, uma descrença no homem público, uma descrença na função do Estado e, em particular, do Parlamento, porque dentro da hierarquia e dos valores que o eleitor observa, ele vê que o prefeito, o governador, o presidente, ou a presidenta, agora no nosso caso, têm uma efetividade, mas o vereador, o deputado, o senador, são seres desprezíveis do ponto de vista do imaginário popular. E aí nós



precisamos resolver qual é a ideia força desse debate da reforma política? Algumas apareceram aqui.

Ora, só se faz reforma política quando a sociedade em crise procura um novo caminho. Podemos até fazermos uma reforma eleitoral que ajude um pouco a ampliar o espaço democrático, melhorar o funcionamento, mas, efetivamente, nós não vamos tocar na questão central.

E observem ao longo da história que as ideias-forças comandaram a estrutura de poder. O que foi que aconteceu em 1823 e 1824? Qual era a ideia-força? O Estado-Nação, a Monarquia Constitucional. Veio D. Pedro I. Daí porque continuou com a mesma estrutura, com a escravidão, com o latifúndio, não se tocou em nada. De 1824 até 1831 era centralização e descentralização; em 34 a Regência. Descentraliza-se, mas volta D. Pedro II e centraliza tudo de novo. E, durante 60 anos, o Império brasileiro continuou centralizado.

A República é a descentralização. Não houve um partido nacional entre 88 e 89 e 1930. Todas as tentativas de partidos republicanos federais foram abortadas porque oligarquia queria era o seu pedaço, o seu chão, era o voto de cabresto, era o coronel mandando. E Getúlio vem, faz um Estado democrático, por cima, ditatorialmente, democratiza as oportunidades, melhor dizendo, através de uma ditadura, inclui o voto da mulher, os trabalhadores, porque naquele momento era o clamor internacional e o clamor brasileiro. E se fez uma revolução por cima para que o povo não fizesse uma revolução por baixo. Veio o período liberal. E, agora, a Constituição Cidadã de Ulysses Guimarães.

O que é que nós queremos nos próximos anos? É o poder econômico? É a inclusão social? É o igualitarismo? Qual é a ideia força que essa reforma tem que abraçar para ver se através dela a gente toca em alguns aspectos das instituições políticas, porque, do contrário, será uma reforma perfumada.

Já dizia o Brecht: “ *Do rio que tudo arrasta se diz que é violento, mas ninguém diz violenta as margens que o comprimem*”. Façamos, portanto, uma reforma política antes que alguém a faça e esse alguém não vão ser os partidos, esse alguém não vai ser esse ambiente. Alguém, algum aventureiro, ou então a mídia, ou essas novas ferramentas irão desmoralizar, deslegitimar o poder político a tal ponto que uma revolução qualquer apareça aí. (Palmas)



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

(Não foi revisto pelo orador.)



1034-I

Ses. Esp. 30/05/11

Or. Euclides Fernandes

Reforma política.

O Sr. PRESIDENTE (Almeida Lima):- Com a palavra o nobre deputado Euclides Fernandes.

O Sr. EUCLIDES FERNANDES:- Sr. Presidente da Comissão Especial da Câmara Federal para a Reforma Política, deputado federal Almeida; Srs. Membros da Mesa que preside os trabalhos, Srs. Deputados, Srs. Prefeitos, vereadores, público aqui presente, o tema é verdadeiramente importante. Mas está na Constituição federal instrumentos da democracia direta, grandes temas para os quais deve ser feita a consulta popular. Uma preocupação nossa é quanto à pressa de querer fazer até setembro, que é o período final para que se a reforma acontecer, o projeto se realmente for aprovado, ter validade para as eleições de 2012, conseqüentemente isso é uma preocupação. Um tema desse quilate, dessa envergadura deve ser feito com calma, discutindo com a sociedade brasileira na sua plenitude, e acima de tudo um referendo que é previsto na nossa Carta Magna, a Constituição Federal.

Então, a minha primeira colocação, meu caro presidente, Srs. Deputados Federais, que fazem parte da Comissão Especial da Reforma Política, é não ter pressa, fazer com cuidado uma discussão com a sociedade brasileira, ir realizando um plebiscito para ter a legitimidade do povo brasileiro.

Quero deixar também os nossos agradecimentos ao nobre deputado Waldenor Pereira, como membro da Comissão, parece-me que foi um requerimento dele que fez com que a Comissão Especial viesse até a Assembleia Legislativa para discutir a reforma política. O tempo é curto, Sr. Presidente, para se discutir os temas um por um, qual é o nosso pensamento a respeito dessa reforma que afirmo ser eleitoral, porque não é política, é de que precisaria ter um aprofundamento bem maior, como diz Dr. Castro, o nosso ilustre jurista.

Nós somos, Sr. Presidente, contra o financiamento público. Achamos que não há como amarrar o caixa 2; não existe como impedir o dinheiro privado de entrar na campanha



eleitoral. E o financiamento público, nós vamos tirar da creche a ser construída, da escola, do hospital para jogar na política? É verdadeiramente importante a busca por um mecanismo que traga o princípio da igualdade na disputa, na competição pelas vagas dos governantes. Mas, infelizmente, a meu ver, não é através do financiamento público e a lista de organização, a lista fechada como é chamada, essa é a temeridade. Isso é a ditadura do partido político, é tirar do povo o direito de escolher o seu governante, é verdadeiramente uma temeridade. É um retrocesso, nós não temos ainda uma cultura política adequada para que o partido possa fazer sua lista fechada.

Eu gostaria de me pronunciar sobre os outros temas, mas vou respeitar o meu tempo, seria antidemocrático atravessar o tempo. Muito obrigado a V.Ex^a e a todos os presentes.

(Não foi revisto pelo orador.)



1035-I

Ses. Esp. 30/05/11

Or. Mário Negromonte Júnior

Reforma política.

O Sr. PRESIDENTE (Almeida Lima):- Agradeço a V.Ex^a.

Concedo a palavra ao deputado Mário Negromonte Júnior, ao tempo em que anuncio a presença do professor Jonicael Sedraz de Oliveira, integrante do Fórum Nacional pela democratização da comunicação; e a presença do Sr. Jorge Cardoso Dias, presidente do PT do município de Mundo Novo.

(Manifestação fora do microfone)

A presidência, respondendo a V.S^a, ao iniciar que a lista de presença estava aberta e nada mais do que seguindo a lista de presença e de inscritos, deputado Mário Negromonte Júnior, o sétimo; Edilene Paim, oitavo; Terezinha, nono; Vilma Reis, décimo; Adriano, Abdias, Andreia, professora Mariângela, Yure, vereador Abençoado, deputado Carlos Geilson, Jonas Paulo, professor Marival, Sílvio Roberto.

V.S^a está nesta lista que foi anunciada aqui. Terá todo direito a voz, sem a menor dúvida. Por gentileza, solicito ao Cerimonial que faça a inscrição do Sr. Robson.

Com a palavra o deputado Mário Negromonte Júnior.

O Sr. MÁRIO NEGROMONTE JÚNIOR:- Sr. Presidente, ex-senador e hoje deputado Almeida Lima; deputado Rubens Otoni, relator da comissão, em quem gostaria de saudar, não esquecendo dos nobres juristas, como sou também advogado, Dr. Augusto Aras e Dr. Celso Castro.

Gostaria de me posicionar sobre essa questão, até porque sou membro da Comissão de Reforma Política desta Casa e acredito, Sr. Presidente Almeida Lima, que a pedra de toque, o meio para que se possa avaliar a próxima reforma ou a reforma política devem ser a democracia e a renovação. Acho que é em razão dessas duas questões que estou aqui hoje. Sobre essas duas posições, acredito que a lista fechada não se encaixa sob esses dois prismas, porque dar a um presidente de partido o poder de dizer quais seriam os deputados candidatos que iriam disputar pelo partido, falo aqui com muita tranquilidade,



porque sou filho de presidente de partido, mas acredito que na política deve haver oportunidade de a renovação se manter também, mas permitir que outros possam ter a oportunidade de mostrar serviço.

Essa eleição de dois em dois anos é realmente algo que ninguém aqui defenderia. Acho que a eleição deve ser unificada urgentemente, porque a economia do Brasil não aguenta mais parar de dois em dois anos as obras e todo o sistema ser afetado. Acredito que o voto, o “distritão”, seria a melhor solução, a solução mais justa, porque estariam ali sendo votados os candidatos que eles gostariam de ver na Assembleia Legislativa, na Câmara e no Planalto. O voto distrital misto também tem uma lista preordenada, então dentro dessa renovação e da democracia estaria fora.

Queria dizer, Sr. Presidente, que o financiamento público deve ser analisado sim. Sou contra o caixa dois. E, para não termos esse tipo de prática, por alguns políticos, temos de debater a questão do financiamento público e a clareza dele.

Para concluir, agradeço a oportunidade de estar aqui contribuindo para este grande movimento. Parabenizo-o em nome desta Casa e da comissão e reafirmo que esta Casa quer dar a oportunidade, promover e manter a renovação, mas também quer ter a oportunidade de tirar as pessoas, que não honraram os compromissos, que não foram gratos aos cidadãos no momento em que lhes deram o seu voto de oportunidade nas urnas e não fizeram no mandato. Tirar essa liberdade da sociedade de colocar e tirar seria um erro muito grande que estaríamos cometendo, porque a liberdade na política é um direito.

Agradeço Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Almeida Lima):- Agradeço a V.Ex^a.

(Não foi revisto pelo orador.)



1036-I

Ses. Esp. 30/05/11

Or. Edilene Alves Paim

Reforma política.

O Sr. PRESIDENTE (Almeida Lima):- Concedo a palavra à vereadora de Conceição de Maria, Edilene Alves Paim.

A Sr^a EDILENE ALVES PAIM:- Legitimamente, Sr. Presidente, já estamos aqui em um processo de audiência pública. Quero saudar todas as mulheres e os homens presentes, na pessoa da companheira Vilma Reis, militante do Movimento Negro da nossa Bahia.

Sr. Presidente, gostaria de começar fazendo três perguntas que, a meu ver, são muito importantes para que possamos coletivamente buscar respostas. Primeiro, pensemos: qual é a reforma política que queremos, a que traz o povo para dentro da discussão ou a que pensa pelo povo?

Uma outra pergunta bastante importante parece meio corriqueira, mas não para nós, do Movimento de Mulheres e do Movimento Lésbico. E aqui falo enquanto articuladora da Liga Brasileira de Lésbicas, representando-a dentro da plataforma dos movimentos sociais para a reforma política à qual o deputado Waldenor já fez referência daqui. Mas não irei me alongar nesse assunto. A pergunta, Sr. Presidente, é a seguinte: quem tem o direito de exercer o poder? Essa é a segunda questão, talvez mais importante, quando falamos de reforma política.

Aí, uma outra pergunta fundamental: qual é a cara do poder que queremos? É essa pergunta, Sr. Presidente, que nos leva a começar uma reflexão sobre algo que vem acontecendo e fervendo no exercício do poder neste País. Precisamos enxergar que o poder no Brasil tem uma cara bem nítida, e conseguimos enxergar com olhos bem abertos que temos um movimento. O poder constituído neste País, Sr. Presidente, é um poder machista, sexista, lesbofóbico e homofóbico. Temos visto isso nos debates que têm acontecido nesta Casa e no Congresso Nacional.



Sr. Presidente, precisamos refletir que as mulheres não podem ser tratadas nesse processo como anexo aos senhores homens. Para que a deputada Luiza Maia, a quem faço uma saudação especial, pudesse ocupar um lugar legítimo nessa Mesa, como presidente da Comissão de Direitos da Mulher desta Assembleia, tivemos de fazer pressão lá embaixo. E digo aos senhores que estavam ocupando maciçamente a Mesa de representação da discussão da reforma política que a deputada não era uma complementação do Sr. Prefeito Luiz Caetano. Precisamos fazer essas reflexões neste Legislativo.

Falando do lugar do não poder, do lugar do Movimento Social, do lugar de mulher negra, lésbica e política, é que quero dizer que a reforma política que queremos só irá acontecer neste País se começarmos futucando qual é a concepção de poder, a postura de poder que temos maciçamente nas Casas Legislativas, no Congresso Nacional deste nosso Brasil.

Sr. Presidente, enquanto representação do Movimento Lésbico, quero apontar que precisamos discutir a reforma política para que tenhamos no País a contemplação da diversidade que marca a sociedade brasileira, para que tenhamos como discutir de igual para igual com legisladores como o deputado Bolsonaro que outro tipo de sociedade é possível para este País.

E que não permitamos que aconteça algo vergonhoso para o Congresso Nacional, como o Supremo Tribunal Federal ter de legislar sobre algo que a Câmara dos Deputados e o Senado deveriam ter respondido à sociedade brasileira: a questão da união homoafetiva.

Se fôssemos ficar aqui falando, muitas e muitas outras coisas surgiriam. Mas o principal questionamento é este: qual é a cara do poder que queremos? É esse poder machista, lesbofóbico, homofóbico ou é um poder que realmente marque a diversidade que marca a sociedade brasileira?

Muito obrigada.

O Sr. PRESIDENTE (Almeida Lima):- Agradeço a manifestação de V.Ex^a.

(Não foi revisto pela oradora.)



1037-I

Ses. Esp. 30/05/11

Or^a Terezinha

Reforma política.

O Sr. PRESIDENTE (Almeida Lima):- Concedo a palavra a Sr^a Terezinha, do Fórum de Mulheres de Lauro de Freitas, Bahia.

A Sr^a TEREZINHA:- Boa-tarde a todos!

Sr. Presidente, também gostaria de congratular-me com todos, em nome da deputada e companheira Luiza Maia, lógico. Não é habito nosso, não temos o dom da fala dos Srs. Legisladores, mas não podíamos, de maneira alguma, deixar de, aqui, falar, enquanto mulher e mulher negra. Dizer que é um desejo nosso ver a construção de uma democracia, de uma democracia radical, de uma democracia que contemple esta diversidade tão pouco representada nos espaços de poder.

Vemos aqui a representação de mulher nesta Casa, a representação de negros e negras, de modo que não é preciso falar nos 5% ou 9% na Câmara de mulheres negras, porque isso é evidente. Então, logicamente, precisamos tirar, reduzir, eliminar a cegueira que existe na sociedade, no Estado, enquanto poder, de não perceber essa questão.

Então, uma reforma já é ruim, porque é reforma. A gente quer casa e quer casa nova, não quer casa reformada. Aliás, casa reformada só quando não tem jeito. Essa reforma não pode continuar da forma tão restrita como está sendo. É uma reforma que, na verdade, não explicita, em momento algum, nas falas e nos discursos aqui feitos, uma reforma política e, sim, uma reforma eleitoral.

Nós não queremos puramente uma reforma eleitoral. Queremos uma reforma política em que o movimento social seja contemplado, tenha direito à voz, tenha direito à fala. Portanto, o espaço é restrito na discussão. O espaço é restrito para dar conta de uma tarefa tão difícil.

De modo que a gente vem propor, aliás, eu estou propondo, em meu nome, mas já estamos discutindo isso na base, que esse relatório a ser entregue nos próximos seis meses seja um relatório parcial. Espera-se que ele dê continuidade para se poder contemplar listas



alternadas, sim, por sexo: homem e mulheres. Dentro dessa lista alternada, é lógico que deve ter o recorte étnico-racial e de idade. A juventude precisa tomar o poder de uma forma muito mais eficiente, porque já estamos velhas, caquéticas, como eu mesma aqui, e não damos mais conta dessa tarefa imensa.

Então, é importante que este espaço de poder falar aqui não fique restrito a 3 minutos e a gente não possa expor nossa ideia. Portanto, prego pela ampliação do sistema público de comunicação para que a massa, o povo tenha o direito de falar e não só as emissoras privadas, que fazem seus *lobbies* subliminarmente.

Muito obrigada, Sr. Presidente. Desculpe-me.

(Não foi revisto pelo oradora.)

**1038-I****Ses. Esp. 30/05/11****Or. Carlos Geilson****Reforma política.**

O Sr. PRESIDENTE (Almeida Lima):- Normalmente a Presidência não fala, mas eu adoro falar. Falar que eu digo é em relação ao mérito, analisando também as matérias no seu conteúdo. Às vezes, discurso no meio, mas desta vez preferi falar por último. Quero dizer que estou inscrito também para dizer algumas palavras.

Permitam-me fazer, aqui, uma inversão por causa de um erro meu. Concedo a palavra ao deputado Carlos Geilson. Logo a seguir, concederei a palavra à Sr^a Vilma Reis, presidente do Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado da Bahia.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Almeida Lima, nobres colegas deputados e deputadas, este é um momento por demais importante no Parlamento, especialmente para nós, baianos, e saudando V.Ex^a saúdo a todos na Mesa. Quero dizer que somos hoje, aqui, contemplados, somos felizardos por ouvir palestras como a de Celso Castro e a do professor Augusto Aras. Quanto nos enriqueceu e quanto valeu a pena esta discussão estar sendo travada nesta tarde, neste Parlamento.

A nossa comissão de reforma, criada numa inspiração do nosso decano Reinaldo Braga, e tem como vice-presidente a colega Luiza Maia, já vem discutindo esses temas. Mas os senhores puderam notar, puderam observar, Sr. Presidente, as opiniões divergentes. Eu me coloco na pele do relator, do sub-relator, como afunilar os pensamentos para contemplar a maior parte daqueles que estão envolvidos nesta discussão e que, diretamente, atinge toda a população.

A grande reforma política tem de passar, primeiramente, pela solidificação do nosso processo democrático, este é o primeiro ponto. Em seguida, temos e teremos pontos divergentes, e eu quero, neste pouco tempo, expressar a minha opinião. Sou contra a lista pré-ordenada. Até agora não ouvi falar de que maneira se dará, caso seja aprovada, a nomeação dos candidatos relacionados. Quem será o primeiro da lista? O filho do presidente



do partido? O irmão do presidente do partido? A esposa do presidente? Qual será o critério de escolha?

Sou contra também o financiamento público de campanha. Já se gasta muito.

Na cabeça de algum de vocês passa que, se o financiamento público for instituído, não haverá caixa dois? Será que alguém acredita nesse conto de fadas? Aí, sim, terá o dinheiro público e o privado, que não deixará de existir.

Uma outra questão, Sr. Presidente, deputado Almeida Lima, é que o poder econômico deitou e rolou na última campanha. Eu sou fruto do estrato social mais simples da sociedade, venho de uma família da zona rural, meu pai é vaqueiro, minha mãe, professora primária. Fiz uma campanha na minha cidade em que tive de fazer 70 caminhadas, ir de casa em casa pedir o voto para enfrentar o poderio econômico que dominou as eleições, não só na Bahia, como em todo o Brasil. O que fazer para impedir isso?

Este é o grande dilema que deve ficar na cabeça dos senhores que estão à frente dessa comissão.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)



1039-I

Ses. Esp. 30/05/11

Or. Vilma Reis

Reforma política.

O Sr. PRESIDENTE (Almeida Lima):- Agradeço a V.Ex^a.

Como anunciado, passo a palavra à Sr^a Vilma Reis, presidenta do Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra.

A Sr^a VILMA REIS:- Boa-tarde. Tudo bem?

Deu um trabalho danado para chegarmos aqui, mas este espaço combina muito com a gente. Aprendemos, no movimento negro que, se o poder é bom, o povo negro quer poder. Essa foi a lição que aprendemos.

Os brancos adoram o poder neste País, por isso é tão difícil fazer reforma política, é muito difícil debater a reforma política.

Sr. Presidente, meu meu nome é Vilma Reis, sempre me apresento assim, tenho nome e sobrenome pois, numa sociedade racista como no Brasil, mulheres parecidas comigo tem de ter nome e sobrenome, senão o racismo põe o nome que quiser.

É importante fazermos este debate. Uma sugestão para esta comissão que está rodando o País, em todos os lugares em que os senhores passarem - gostaria de dizer as senhoras também, mas são os senhores -, em todos os Estados por onde passarem, convidem a plateia a falar primeiro, para ver se os 56 deputados que assinam presenças neste Plenário se mantêm no Plenário para ouvir o povo. (Palmas)

Não é possível! São 56 presenças! E olha que conhecemos os deputados e as deputadas deste Estado. É um privilégio, deputada Luiza Maia, no universo de 15 milhões de pessoas, 63 pessoas serem escolhidas para representar o Estado, e, aqui, neste plenário, lamentavelmente os representantes do Estado da Bahia se fazem majoritariamente ausentes num debate em que tentamos inverter uma lógica.

Eu, na condição de professora da Universidade do Estado da Bahia, considero importante termos uma Assembleia Legislativa, um Poder Legislativo que não fique de joelhos para o Executivo, e muito menos para o Judiciário. Poderes autônomos têm se



alinhado politicamente com o Poder Executivo e ficado em silêncio diante de barbaridades. Estou falando de uma realidade! Na Bahia, no último final de semana, - desta vez foi pouco – foram assassinados na Região Metropolitana de Salvador 18 jovens negros. Neste final de semana enterramos, certamente, mais 18 Milton Santos. Enterramos, talvez, os próximos... Não é fácil ter um Muniz Sodré, um Milton Santos! Não é fácil gerar uma intelectualidade, pois todos os finais de semana em média, deputado Daniel Almeida, enterramos de 30 a 35 jovens. É essa a lógica que queremos inverter no Congresso Nacional. Não queremos um Congresso Nacional que representa o *lobby* da bala! Não queremos um Congresso Nacional que representa o *lobby* do tabagismo! Não queremos um Congresso Nacional de ataque absoluto à Lei Maria da Penha, num País que mata 12 mulheres ao dia, e a cada 2 minutos 5 mulheres são gravemente atingidas pela violência doméstica!

Nos interessamos muito pela reforma política, porque entendemos o jogo da Comissão Especial que fez as recomendações ao Senado e, inclusive, não permitiu comissão mista, juntando as duas Casas! Entendemos uma Comissão que recomendou não ter mais reeleição no Executivo, na presidência da República. Sabemos que isso é um enfrentamento a um projeto político que, sobretudo, levou o presidente Lula à presidência da República. Sabemos! Mas não entendemos porque essa mesma comissão não incide sobre a renovação de mandato no Legislativo, permitindo que deputados tenham 10 mandatos consecutivos no Brasil. Isso nós precisamos entender! Esse debate é necessário. Nós entendemos, sim!

Quando estamos falando em financiamento público de campanha, estamos dizendo que é importante enfrentar a lógica do deputado que tem dono. Não queremos um Congresso, Casas Legislativas e Câmaras de Vereadores, porque essa é a postura que o movimento de mulheres e que o movimento negro deve tomar. Precisamos falar em Câmara de Vereadoras, Assembleias Legislativas de deputadas e de um Congresso Nacional composto por deputadas federais e senadoras. Esse País precisa pensar no feminino e no ponto de vista étnico-racial. Por que estamos fazendo isso? Porque precisamos atingir a mentalidade. A mentalidade do poder, no Brasil, é de machos, adultos, heterossexuais no comando público! Precisamos alterar essa lógica! Esse Congresso que produz coisas como Jair Bolsonaro!



Precisamos pensar no modelo que nós temos, porque é esse modelo que a população refuta no meio da rua! É esse modelo que cria o descrédito absoluto na população quanto à legitimidade e quanto ao respeito que um parlamentar deve ter. São os próprios membros das Casas Legislativas que quebram o decoro todos os dias na frente da população! Existe um ritual, existe uma liturgia em cada cargo, deputado Waldenor, e o povo é cobrado todo dia a seguir as liturgias no cumprimento de seus cargos. São os poderes, os membros do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, que fazem a população desaprender.

Então, não precisamos, de forma alguma, de uma sociedade em que tenhamos que pensar porque a côrte máxima, que coordena o mundo eleitoral neste País, recusou uma proposta do então deputado Carlos Santana, do Rio de Janeiro, onde era perguntado somente a composição étnica-racial dos candidatos. Ia ser uma resposta perigosa e essa côrte máxima tem medo de responder à sociedade brasileira. Não podia perguntar o quesito raça-cor. O projeto do então deputado Carlos Santana foi refutado pela côrte que coordena as eleições.

Nós acreditamos sim em financiamento público de campanha, porque não queremos ver a luta do milhão contra o tostão, porque sabemos dos desequilíbrios que ocorrem, sabemos como a nossas comunidades são violentadas com os filhos, os netos e os juniores, que parecem que carregam o DNA da política. Nós não acreditamos nessa lógica. Como disse o poeta: *“Vamos viver para ver o dia que sabemos que quando derem voz ao morro toda a cidade vai cantar”*. Esse foi o *slogan* de Benedita da Silva na campanha de 1992. Sabemos também que se tiver alternância de gênero e os 30% que está proposto em um dos projetos, numa das PECs no Congresso, 30% da população negra, obrigando os partidos.

Primeiro disseram que os filhos dos negros não estudam e que vocês ficam doidos. E depois tem uma outra questão fundamental para a elite deste País, que dividiu a terra em 1850, 38 anos antes da abolição, fiquem longe da política porque isso é coisa suja. A questão é que nenhum branco fica longe da política nem os machos ficam longe da política.

Então, estamos atentos e sabemos os efeitos perversos do Estado da Bahia, onde somos obrigadas a assistir, lamentavelmente, a reprodução dos juniores, dos netos e dos filhos na política. Interessamos pela política exatamente por isso e defendemos o financiamento público de campanha, porque sabemos a vergonha que o Brasil neste



momento sustenta no mundo, onde Ruanda, dilacerada pelo colonialismos belga, em 1994, conseguiu se refazer e 56% das mulheres que tomaram a política nas mãos estão levando Ruanda para uma outra realidade.

Sabemos o que aconteceu nos chamados países nórdicos na Europa. Sabemos como o Chile tomou uma decisão de fiscalizar a sua cláusula que obrigava exatamente as cotas de gêneros nas suas eleições. Sabemos o que aconteceu aqui do lado, na Argentina. Quando o país cria uma cláusula tem que se respeitar e ter mecanismos legais para controlar essa cláusula. E o Brasil criou cotas para as mulheres nos partidos em 1995 e não criou nenhum mecanismo para garantir que os próprios partidos, de machos brancos no comando, cumprissem o que os próprios parlamentares aprovaram.

Esse modelo não queremos e nos interessamos pela reforma política porque sabemos que quando se quer brincar com a população vota-se um projeto, mas quando queremos fazer política pública a gente incide sobre o orçamento no Congresso, na Assembleia e na Câmara de Vereadores. É essa lógica que queremos. Não nascemos para enterrar nossos filhos, enterrar os mais novos. Na Bahia, cada fim de semana, só em Salvador, as mulheres negras vão enterrar pelo menos 20 a 30 jovens negros e nós queremos inverter essa lógica. Não acreditamos na brutalidade como essência da nossa existência e entendemos que política, se política é uma coisa boa, se o poder é bom, nós também queremos estar nesse espaço. É esse o desafio que está colocado.

Sr. Presidente, no próximo encontro, está posto o desafio de colocarmos essa plateia para falar primeiro, para ver se os tão ocupados deputados estaduais se mantenham na plateia para ouvir, porque as questões que estamos tratando têm a ver, inclusive, com a volta deles a esta Casa.

Viva nós!

(Não foi revisto pela oradora.)



1040-I

Ses. Esp. 30/05/11

Or. Adriano Dias

Reforma política.

O Sr. PRESIDENTE (Almeida Lima):- A presidência esclarece que não houve o estabelecimento de preferências, além daqueles que estão na Mesa. Ofereceu-se uma preferência àqueles que estavam na Mesa, inclusive aos palestrantes.

Com relação à lista que foi oferecida para inscrição, não chegou ao meu conhecimento que o Cerimonial da Casa tenha preferido inscrever primeiro os deputados e depois os representantes de entidades e movimentos sociais.

O Sr. PRESIDENTE (Almeida Lima):- Concedo a palavra ao Sr. Adriano Dias, do Instituto Cultural Steve Biko. (Palmas)

O Sr. ADRIANO DIAS:- Boa-tarde. Gostaria de saudar a Mesa na pessoa do presidente e do ausente deputado federal Luiz Alberto, representante do Movimento Negro. Saúdo o público, através dos jovens do Instituto Cultural Steve Biko, instituição voltada para a inclusão de negros nas universidades.

É importante o debate sobre o sistema político vigente, haja vista que o modelo atual é excludente e favorece a corrupção. Sabemos que a juventude negra brasileira é vítima de um processo físico e simbólico que perpassa pelo modelo de segurança pública, pelo modelo da educação pública, pelo mercado de trabalho, mas também pelo modelo político adotado pelo Estado brasileiro, que exclui totalmente essa juventude do cenário político institucional.

Estamos aqui para dizer que o principal desafio dessa reforma política é garantir e incentivar a participação da juventude, em especial da juventude negra.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)



1041-I

Ses. Esp. 30/05/11

Or. Andréia Lisboa de Sousa

Reforma política.

O Sr. PRESIDENTE (Almeida Lima):-Agradeço a V.S^a.

Concedo a palavra ao Sr. Abdias Nascimento.

A Sr^a ANDRÉIA LISBOA DE SOUSA:- Boa-tarde, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Almeida Lima):- Por gentileza, a inscrição é em nome de Abdias Nascimento.

A Sr^a ANDRÉIA LISBOA DE SOUSA:- Sr. Presidente, vou falar em nome do Sr. Abdias Nascimento. Eu inscrevi o ex-senador da República Brasileira Abdias do Nascimento, que, acredito é do conhecimento de todos vocês, faleceu na semana passada.

Porque essa ousadia de inscrever o nome desse senador? Porque ele foi um dos maiores símbolos e representante, na história política brasileira, da luta em prol de algo que tem sido falado desde o momento em que cheguei, que é democracia. O senador Abdias Nascimento lutou por uma democracia de fato. Por uma democracia que incluísse os excluídos: negros, indígenas, mulheres.

Por tudo isso, antes de continuar a minha fala, peço 1 minuto de silêncio em memória da luta desse guerreiro, desse símbolo da história da política e do movimento negro no Brasil.

(Observado 1 minuto de silêncio.)

A Sr^a ANDRÉIA LISBOA DE SOUSA:- Obrigada a todos e a todas.

Muito me admira que num momento como este – esse fato já foi ressaltado aqui por minhas companheiras militantes, as mulheres negras que me antecederam – esta Mesa esteja ocupada somente por homens.

É um choque, principalmente, depois de ouvir todas as falas que me antecederam em prol duma reforma política. Gostaria de convidar os Exm^{os} Deputados que se pronunciaram contra o investimentos de recursos públicos nas campanhas políticas, pensar um pouco nisto: quem é beneficiado com o investimento dos recursos privados na política?



Quem é que está sendo eleito neste País? Quais são e quem são as pessoas que têm oportunidade da concorrer de forma transparente e equânime numa eleição? Nós sabemos que não é com o recurso da empresa privada que isso é possível, a não ser - e aí vem uma proposta para esta Comissão - que haja, sim, uma quota. Que a gente pense em cotas, numa porcentagem, não só na representação, mas também nos recursos que vêm do setor privado para garantir essas campanhas. E, além dessa proposta de quotas, eu venho aqui defender, sim, a inclusão dos recursos políticos.

Uma outra coisa que acho importante, Sr. Presidente e demais componentes desta Comissão, é que, quando vamos fazer uma reforma política, quando estamos falando de política, temos de voltar à história da política, à história da organização política deste País. Se nós, ao fazermos uma reforma política, não informamos aos nossos convidados sobre o cenário, o panorama de exclusão... Quando falo desse panorama, estou falando da representatividade de mulheres negras e homens negros e de mulheres e homens indígenas. A população negra e indígena é a mais excluída nesse cenário.

Então fundamentais, porque se trata dum dos principais pontos que vêm sendo debatidos, são as pesquisas eleitorais. Como podemos pensar nessa discussão sem oferecer, nestes encontros de debates, um quadro, um panorama sobre a pesquisa eleitoral? Quem tem sido eleito desde o processo das eleições diretas neste País? Quantos homens, quantas mulheres, quantos homens negros, quantas mulheres negras, de que classe social, de que partido político? Acho que precisamos de estudo. Esta Comissão não pode se isentar de dar essa informação, porque dá-la é reconhecer uma das falhas, das lacunas que nós temos na história da democracia desta Nação.

O nosso País é conhecido, não só aqui dentro mas também lá fora, como paraíso da democracia racial. Pesquisadores, antropólogos vêm para cá por conta desses discursos. Há livros publicados dizendo que o Brasil vive e é o País da democracia racial. Aí eu pergunto: como é que a gente pode combater determinadas falhas, como essa reforma política está pensando o conceito de democracia? Porque pensar conceito de democracia é desconstruir esta marca que há na história do Brasil de que nós vivemos numa democracia racial. Para



isso é importante que haja pesquisas e a população, a sociedade sejam informadas sobre essa desigualdade, essa disparidade na representação do poder que existe aqui no País.

Para finalizar, faço coro com as companheiras que me antecederam para a importância do cumprimento de cotas para as mulheres. É preciso que haja essa lista, sim, contemplando as relações de gênero. E mais do que isso: não é necessária só a participação das mulheres, pois dentro da porcentagem de inclusão delas nós sabemos que temos, sim, uma desigualdade também na representação entre as brancas e negras. Então temos de garantir a representação de mulheres negras nessas quotas da representatividade política.

Por último, eu gostaria de fazer uma sugestão não só como militante ativista negra, mas também como acadêmica, intelectual e professora universitária: que igualmente haja nas próximas audiências, visto que as outras já passaram, uma convidada mulher para falar um pouco sobre o quadro da história da política no Brasil, e não somente mais um homem. Nada contra a apresentação do professor, que foi muito importante para nós. Mas nós temos que ter, sim, uma mulher para falar sobre a história da exclusão das mulheres na política do Brasil e apresentar propostas, questões para serem pensadas. E, aí, por último, não podemos fazer uma reforma política de mentirinha, de marcar encontros, chamar as pessoas, convidar a sociedade civil.

Quando a companheira Vilma estava falando da representação, da ausência, ali estão presentes 56 deputados e, quando fez a proposta de que falasse primeiro a sociedade civil, ela não estava questionando a ordem da inscrição que não foi feita aqui não. Sabemos que o Cerimonial seguiu a ordem de quem levantou o braço. Isso não é um questionamento, Sr. Presidente, o que estamos fazendo aqui é uma proposta mais ousada para que possamos garantir que os deputados falem por último, para que eles possam escutar a sociedade civil, porque em geral sempre é a última a falar e só falamos entre nós e quem deve nos escutar sai, porque já marcou a presença.

Então, a proposta, o questionamento não é na ordem das inscrições, mas é que se ouse na inversão de quem começa a falar. Acho que isso seria algo muito importante e construtivo para essa reforma política.

Muito obrigada e boa tarde.(Palmas)



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

(Não foi revisto pela oradora.)



DL-02

Ses. Esp. 30/05/11

O Sr. PRESIDENTE (Almeida Lima):- Concedo a palavra a Sr^a Andreia Lisboa de Sousa.

A Sr^a Andreia de Sousa:- Sou eu mesma que acabei de falar. É que eu quis fazer 1 minuto de silêncio por Abdias e me escrevi na sequência. Muito obrigada. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Almeida Lima):- Com a palavra a professora Mariângela. Solicito ao Sr. Yuri Brito que se aproxime, por gentileza, da tribuna.

A Sr^a Mariângela:- Boa-noite a todos e a todas.

Tenho participado...

O Sr. PRESIDENTE(Almeida Lima):- Por gentileza, eu gostaria de pedir desculpas. Mas eu gostaria da assistência dos movimentos sociais aqui presentes, já que exigiram e eu não estabeleci nenhuma preferência.

As pessoas se inscreveram exatamente porque tomaram a iniciativa de pedir a inscrição. E viemos para cá porque queríamos ouvir, estamos aqui ouvindo e queremos ouvir, ou seja, não há por parte da organização nenhuma discriminação. E digo mais: até sugeriria aos organizadores que fizéssemos essa alteração para poder ouvir mais o Plenário. E, se essa questão fosse levantada no início, a presidência teria autoridade suficiente para inverter e inverteria de forma imediata, porque esse tem sido o meu comportamento e desta Comissão pelos estados onde passamos.

Para que Vossas Senhorias tenham uma ideia, em Goiânia, preferimos, ao invés de inscrição, colocar o microfone sem fio na mão de uma parlamentar, e o deputado Rubens Otoni é de Goiás, e esta deputada ficou na fila com o microfone na mão para aqueles que fizeram fila para falar.

Portanto, é apenas um esclarecimento que desejo fazer, se outras entidades ou mesmo o Senado Federal não desejou ouvir a sociedade, a Câmara dos Deputados desejou vir e veio para ouvir e estamos aqui ouvindo, aliás, sem qualquer interrupção da presidência.

Tenho quase certeza de que a presidência do Conselho de Desenvolvimento da



Comunidade Negra, Sr^a Vilma Reis, falou até num tempo bem superior a todos os outros deputados, de forma paciente, tolerante. Aliás, tolerante não, de forma normal, porque viemos aqui exatamente para ouvir. Marquei a minha passagem para amanhã pela manhã e posso ficar aqui até a meia-noite, 1 hora ou 2 horas. Para mim não faz diferença.

Peço desculpas, mas quando disse que gostaria que o Movimento ficasse não foi por que eu tenha algo para responder ao Movimento, pelo contrário, apenas gostaria de falar, só isso, sobre o mérito, não apenas presidir, coordenar fala, que é uma coisa formal.

Com a palavra a Prof. Mariângela.

A Sr^a Mariângela:- Como falei há pouco, tenho participado de alguns encontros, debates aqui, em Salvador, acerca da reforma política. E parece que é consenso a ideia de que a reforma política não se limita à reforma do sistema eleitoral e partidário. Ela é bem mais do que isso, como vem pregando a mídia e muitos dos nossos parlamentares, limitando a reforma política a essas questões pontuais.

A reforma política é muito mais do que isso. Ela passa pela reformulação dos instrumentos institucionais, como, por exemplo, o plebiscito, a iniciativa popular, o referendo, para que a sociedade possa ter acesso fácil a esses instrumentos. Ela passa pela construção de mecanismos que criem e ampliem os espaços de participação e decisão popular. A reforma política diz respeito à criação de uma nova forma de pensar e fazer política, ou seja, ela está criando uma nova mentalidade política. É a isso que ela se propõe.

Por isso a reforma política não tem que dialogar apenas com a institucionalidade. Ela é assunto da sociedade civil, que sabe disso. E, diferentemente do que o meu colega Celso Castro disse, a sociedade está motivada, sim, a participar dela.

Venho participando das discussões há alguns anos em alguns estados do Brasil, inclusive Minas Gerais. Este ano estou aqui, na Bahia, como professora de Ciências Políticas da UFBA, participando ativamente. E a sociedade civil está motivada, sim. O que não há é interesse da mídia em divulgar isso.

Por isso, diante de todos esses debates que vêm acontecendo pelo Brasil, o que está se tornando consenso é a transformação da reforma política em um projeto de lei de iniciativa popular para que não aconteça o que aconteceu com o Código Florestal deste País.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

É a nossa defesa de todo esse processo de mobilização da sociedade: transformar a reforma política num projeto de lei de iniciativa popular.

Muito obrigada.



1042-I

Ses. Esp. 30/05/11

Or. Yuri Brito

Reforma política.

O Sr. PRESIDENTE (Almeida Lima):- Agradeço a V.S^a.

Com a palavra Yuri Brito, como anunciado. Logo em seguida, o vereador Abençoado e Jonas Paulo.

O Sr. YURI BRITO:- Boa-noite companheiros e companheiras presentes, gostaria de saudar a Mesa na pessoa do presidente. Estou muito feliz e orgulhoso de estar aqui, falando neste púlpito. Logo explicarei o porquê.

Meu nome é Yuri Brito. Sou militante do Movimento Estudantil a partir do Coletivo Quilombo dos Estudantes de Salvador; milito na União Nacional dos Estudantes, a partir da tese: A Oposição Reconquistará a UNE; e milito no Movimento Negro a partir do Coletivo Francisca Trindade. Mas não é por nada disso que estou aqui.

Sinto-me muito bem representado, enquanto negro, pelas pessoas dos movimentos sociais cujas falas precederam à minha. Estou feliz de estar neste lugar, porque este lugar não me cabe, neste lugar eu não caibo por causa deste título eleitoral. Nele está escrito data de nascimento: 1º de maio de 1992. Tenho 19 anos, caros companheiros e companheiras. E caso haja alguém aqui que não saiba, uma pessoa de 19 anos é proibida por lei a se candidatar a esse cargo que ocupa esse espaço. É proibido por lei.

Quero chamar a atenção para o fato de que esse espaço não me cabe. E creio que nessa discussão de reforma política temos que acabar com esse atraso imenso que é o limite de idade para candidatura, porque se alguma incompetência, se alguma incapacidade que nós que não temos cabelos brancos possuímos que nos impede de estarmos aqui, com certeza é alguma incapacidade que também nos impede de concorrermos às eleições, de ganharmos as eleições. Se há algo de tão diferente entre nós, eu gostaria de pedir aos deputados da Câmara Federal, aos senadores, principalmente, porque senador é 35 anos, deputado ainda é 21, mas eu gostaria de pedir aos senhores e senhoras legisladores, que vão fazer essa reforma política, que pensem nisso, não se sintam ameaçados, não, porque se já existia o reconhecimento da



nossa incapacidade de legislar a ponto de nos impedir legalmente de disputar esse espaço, com certeza também estamos incapazes de ganhar uma eleição.

Então, se a lei já nos diz que somos incompetentes, não fazemos diferença na disputa, liberem aí para ver no que vai dar. Eu queria fazer esse pedido, sinceramente, com um apelo, não sei se vocês já ouviram isso em outros lugares, mas liberem isso. Não digo nem que peço em causa própria porque, provavelmente, daqui até a reforma política passar eu já terei idade para me candidatar. Eu estou pensando nos meus filhos, quem sabe, nos meus companheiros que são mais novos, a gente não quer se candidatar à seleção sub-21 da política, a gente quer estar na seleção principal, porque já não podemos mais aguentar ouvir de um senador, “que só a partir de 35 anos”; enfim, ouvir de outros legisladores, “que tem limite de idade”; ouvir neste púlpito ou em outros púlpitos a seguinte pergunta: “onde está a juventude que não se manifesta?” “Onde está a juventude que aqui não está”? A juventude aqui não está porque, infelizmente, a lei não permite.

Perguntam-se por que a população brasileira não legitima as suas instituições políticas. Eu gostaria de lembrar que a maioria da população brasileira é jovem; a maioria da população brasileira tem menos de 35 anos, então, como é que o Senado vai ter algum respaldo se nós somos proibidos por lei de lá estarmos? Então, fica essa reflexão aí, eu espero que vocês pensem sobre isso, porque é um atraso absoluto você ter eleitores que não são elegíveis.

Obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)



1043-I

Ses. Esp. 30/05/11

Or. Vereador Abençoadado

Reforma Política.

O Sr. PRESIDENTE (Almeida Lima):- Agradeço, Yuri.

Concedo a palavra ao Vereador Abençoadado.

O Sr. VEREADOR ABENÇOADADO:- Exmº e mui digníssimo Sr. Deputado Federal Almeida Lima, ex-senador da República do nosso Brasil, o qual muito admiro desde quando era senador, presidente da Comissão Especial da Reforma Política; também quero saudar, apesar de não estar presente, o presidente desta Casa Legislativa Marcelo Nilo, em seu nome saúdo todos os deputados aqui presentes e também os representados; Luiz Caetano, parece que já se retirou, presidente da UPB, também em seu nome quero saudar todos os prefeitos aqui presentes e representados; quero também saudar aqui a imprensa baiana, as autoridades presentes ou representadas, os senhores e as senhoras que se encontram presentes, Sr. Presidente, como o tempo é muito curto, de fato e de verdade, três minutos certamente é só a saudação à Mesa, às demais autoridades e aos presentes, mas quero dizer que assimilei quatro pontos e nos encontros de vereadores, eu como um dos vereadores que iniciou o mandato no dia 1º de janeiro de 2009 e vou até o dia 31 de dezembro de 2012, conversamos muito sobre essa reforma política, e é algo muito especial para que possamos refletir.

Alguns pontos que assimilei aqui e que eu gostaria que V.Exª, o presidente desta Comissão, o relator, sub-relator, aceitasse esses pontos, porque são de todos os vereadores da Bahia, e onde eu converso os vereadores de outros Estados todos entendem que precisam ser observados esses pontos, os quais nós apontaremos aqui.

A isonomia parlamentar no tocante aos mesmos direitos. Por exemplo, hoje o senador tem direito a 13º, 14º e 15º, vereador não tem direito nem a 13º. Os deputados e senadores têm direito a combustível entre outros benefícios. Os vereadores, aqui na Bahia, por exemplo, que fizeram consulta ao TCM, e o TCM não aceita que os vereadores tenham benefícios de combustível porque entende que moramos no município.



Quero dizer aqui para V.Ex^{as} – não sei se algum dos senhores já foi vereador – que um ponto é muito importante para se refletir: vereador, em especial do interior como eu, é sofredor. Quase todos os dias o vereador está em Salvador trazendo pessoas para fazerem cirurgias, exames, até porque o interior é precário, não tem saúde de qualidade como deveria ter. Então, quero pedir a V.Ex^a que coloque na pauta da discussão no Congresso Nacional este ponto.

Queria pedir a sua permissão, Sr. Presidente, para que eu possa concluir falando dos demais pontos, por gentileza: mandato de seis anos para deputados federal, estadual e vereador, com direito à reeleição constante, sem sombra de dúvida. Também quero defender aqui, Sr. Presidente desta Comissão, que esse 1% que as Câmaras perderam retorne. Que V.Ex^{as} possam discutir aquela emenda que foi feita e que retorne esse 1% para que as Câmaras menores não sofram, hoje está em 0.7%, que venha para o 0.8% novamente, porque o número de vereadores, a partir do ano que vem, vai aumentar novamente e as Câmaras vão ficar altamente falidas, podemos dizer, neste sentido.

Ainda para concluir, Sr. Presidente, também o mandato de seis anos para o Executivo, tanto da esfera federal, estadual e municipal, porém sem direito à reeleição. Outra sugestão que quero que V.Ex^a acate, todas com muito carinho, é que, se houver uma possibilidade, se o Congresso não puder, não tiver autonomia de fazer isso, dê uma prorrogação de mais dois anos de mandato para os que estão – prefeitos e vereadores –, e aí vamos fazer as eleições todas unificadas, todas de uma vez só. Acredito que será uma grande economia no bolso dos brasileiros, porque tudo que os vereadores, deputados, senadores, ganham vêm através de impostos dos brasileiros, inclusive nós também pagamos esses impostos.

Só para concluir, por gentileza, Sr. Presidente, também somos contra a lista fechada, porque, na verdade, é um grande crime contra a democracia brasileira. A lista fechada, claro, eu como presidente de partido não vou deixar de botar alguém que seja diretamente vinculado a mim, seja um filho, uma filha, esposa ou irmão. Sem sombra de dúvida, é ser hipócrita, Sr. Presidente, dizer que na lista fechada não iríamos contemplar primeiramente os nossos e depois os amigos e assim por diante. Então, é altamente contra a



democracia essa questão da lista fechada. Tem que ser dessa forma, porque se votei em V.Ex^a, Sr. Presidente, como deputado, quero ter direito de avaliar o seu mandato e na próxima eleição eu quero ter também a minha opinião formada sobre o seu mandato, se o senhor me representou legitimamente bem ou se não. Por esse motivo, somos contra a questão da lista fechada, que é um crime.

Só para concluir, quero saudar as mulheres deputadas na pessoa da deputada que está na mesa e também da deputada da minha região, Graça Pimenta.

Quero agradecer-lhe, muito obrigado. E que todos esses pontos abordados por mim, quero pedir a V.Ex^a que, atentamente, leve para a discussão central, leve para a discussão no Congresso Nacional porque quem vai agradecer-lhe fortemente não é somente o vereador Abençoad, que é seu admirador, mas, sim, toda a sociedade brasileira.

Muito obrigado e que Deus abençoe a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)



1044-I

Ses. Esp. 30/05/11

Or. Sílvio Roberto

Reforma política.

O Sr. PRESIDENTE (Almeida Lima):- Com a palavra o Sr. Sílvio Roberto.

O Sr. SÍLVIO ROBERTO:- Boa-noite, senhoras e senhores. Primeiro queria parabenizá-los. Acho que é importante essas iniciativas, esses debates com a sociedade, mas quero reafirmar todas as falas anteriores, a importância de que isso alcance uma audiência muito maior do que esse espaço de debate, muito restrito ainda sobre algo tão importante que determina a estrutura de poder. Estamos falando de reforma política, de algo muito relevante.

Queria contribuir com o debate questionando que o modelo que temos discutido, como a professora apontou, se afunila demais para uma reforma eleitoral e partidária.

Ainda que ela seja importante e necessária, é absolutamente insuficiente para dar conta das expectativas que a sociedade tem em relação a essa reforma política. Seja nos Estados Unidos, seja em diversos cantos do mundo, na Europa, questiona-se o modo dessa democracia liberal, que temos, a democracia representativa em que a soberania popular é reconhecida no momento de escolha de seus representantes e, depois, pouco a população participa na definição dos rumos do estado. Enfim, acho importante trazermos para o debate da reforma política, necessariamente a ampliação dos mecanismos de participação, que já foi iniciado na Constituição de 1988, mas que ainda está muito aquém das expectativas do povo.

Penso eu que, Sr. Presidente, é fundamental discutirmos um sistema de democracia participativa junto a essa reforma política. Penso eu, Sr. Presidente, que não basta fortalecer os partidos, temos que instituir critérios, dispositivos de democratização desses próprios partidos. Não dá para falar em lista fechada se não vier associado ao debate da democratização das decisões internas dos partidos. Eu sou a favor, sim, de uma lista fechada. Sou a favor, sim, que tenhamos uma maior identidade política e ideológica quando vamos para as eleições, mas é fundamental, Sr. Presidente, que a tragamos como característica da nossa democracia, não só partidos fortes, mas partidos fortes e com forte democracia interna.

(Não foi revisto pelo orador.)



1045-I

Ses. Esp. 30/05/11

Or. Robson Freitas

Reforma política.

O Sr. PRESIDENTE (Almeida Lima):- Com a palavra o Sr. Robson Freitas.

O Sr. ROBSON FREITAS:- Meu nome é Robson Freitas, funcionário da nossa autarquia do Estado, Embasa, regida pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Neste momento também represento a união Rastafári. Na pessoa do presidente parabenizo a presença de todos aqui.

Revolta dos Malês – Robson Freitas presente!

Direito à educação, cursos anuais na nossa autarquia Embasa. Cursos para atender o investimento do cidadão com dignidade. Direito às ligações de água, à saúde pública e direitos essenciais. Alimentos com preços acessíveis. Direito à moradia, via Secretaria de Desenvolvimento Urbano, que também rege a Embasa e a Conder. Direito à educação tecnológica, e investimento em criação de energia nuclear. Esses temas fazem parte do debate da reforma política. Sem isso aqui, não há possibilidade de reforma política, porque esta Casa está representada por todos os partidos que representam a sociedade. Então há a necessidade de educação já. É preciso que se invista mais em educação.

Em relação aos rastafáris, respeito a nossa cultura e aos nossos costumes, ao nosso ritual religioso rastafári, o culto religioso, o Nayambing, o uso da ganja e o uso recreativo e o plantio da nossa *canabis sativa*..

Muito obrigado e uma boa tarde.

Viva a reforma política!

(Não foi revisto pelo orador.)



1046-I

Ses. Esp. 30/05/11

Or. Elkie Petersen

Reforma política.

O Sr. PRESIDENTE (Almeida Lima):- Com a palavra a Sr^a Elkie, e por último Lázaro, último inscrito, para logo a seguir eu concluir, lá da tribuna.

A Sr^a ELKIE PETERSEN:- Boa-noite, Sr. Presidente da Mesa, a qual eu saúdo os demais membros, boa-noite minhas senhoras e senhores. Não vou me alongar nas saudações porque o tempo é curto.

Sou coordenadora da Escola Judiciária Eleitoral do TRE da Bahia, mas vou falar como cidadã, não em nome da instituição. Sou professora universitária também, estudei na UFBA e ouvi muitas pessoas falando que isso não é uma reforma política, e sim eleitoral, no que eu venho a concordar. Eu estava até na internet olhando se na grade curricular da UFBA já se tinha colocado Direito Eleitoral como matéria obrigatória, e vi que não, que ainda é facultativa, como uma das terminalidades, Direito Público ou Direito do Estado. Então, já começa daí, na formação de um curso de Direito e você não tem Direito Eleitoral como matéria obrigatória.

Sou coordenadora também de um projeto existente aqui no Estado da Bahia, através do TRE, que é o Projeto Eleitor do Futuro. Eu trabalho com crianças e adolescentes entre 10 a 15 anos, visando o quê? Visando fazer uma mudança cognitiva, uma mudança comportamental no modo de pensar político já desde criança da população brasileira. E esse é um programa existente desde 2002, de iniciativa do então corregedor eleitoral Ministro Sálvio Figueiredo, que se estendeu a todos os estados brasileiros, mas ainda é um programa muito incipiente.

Então, não há que se falar em reforma política sem se falar em educação. Acho que a base de toda a reforma e democratização do povo brasileiro está na educação. Até pensei em não falar mais quando vi a plateia já tão politizada, porque acho que ela deveria ser composta da própria sociedade civil. Infelizmente não sei o que ocorreu, se foi falta de divulgação ou falta de interesse dessa população já tão descrente da vida política do país.



Palestro também para adolescentes entre 16 a 18 anos, que já podem ser eleitores e eles demonstram muita descrença na vida política do país. Isso é muito triste, porque é como digo a eles: o voto, não obstante estar lá na Constituição Federal, e todos em sua maioria não sabem, inclusive, o que é a Constituição Federal, tenho que começar sempre as minhas palestras, as minhas conversas dizendo que a Constituição Federal é a lei mais importante do nosso País e que está lá no parágrafo 1º do artigo 1º que todo poder emana do povo e que, portanto, eles são os detentores do poder, e quem está na presidência, no governo, nas casas legislativas são meros representantes, porque não daria para todos falarem ao mesmo tempo decidirem o rumo do país, do estado e do seu município.

Então, é com muita descrença que eles veem, e eles não sabem sequer o que é a Constituição Federal. E eles não sabem e não querem se envolver com política por conta da corrupção. E aí a gente também tenta explicar essa questão do financiamento público de campanha. Será que se falou à sociedade que no financiamento público exclusivo de campanha cada eleitor brasileiro significará uma cota de R\$7,00 e que nós temos, em média, 135 milhões de eleitores brasileiros e que dará uma verba para gasto com financiamento de campanha de aproximadamente 945 milhões de reais, quase 1 bilhão de reais gastos no financiamento público de campanha.

Hoje nós já temos o financiamento público de campanha com os recursos privados. Não seria uma solução colocar um limite para esses recursos privados, um teto, e aparelhar melhor os órgãos de fiscalização dessa arrecadação e desses gastos de campanha? E a questão da propaganda institucional? Porque o gasto com a campanha já começa com a propaganda institucional disfarçada, que na verdade é uma propaganda eleitoral antecipada e ilícita. E que alguns estados estão gastando, em menos de um ano, 135 milhões de reais em propaganda institucional. Será que para informar o povo do que vem fazendo o governante, o administrador é preciso que ele gaste 135 milhões dos recursos públicos? Só para informar. Esses recursos poderiam ser gastos em educação, saneamento básico, saúde.

Só fiquei triste de não falar para uma plateia menos esclarecida, porque acho que os que me antecederam foram bem melhores do que os meus apontamentos aqui.

Obrigada. (Palmas)



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

(Não foi revisto pela oradora.)



1047-I

Ses. Esp. 30/05/11

Or. Lázaro Cunha

Reforma política.

O Sr. PRESIDENTE (Almeida Lima): - Por último, o Sr. Lázaro Cunha, do Instituto Cultural Steve Biko.

O Sr. LÁZARO CUNHA:- Gostaria de saudar a Mesa. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de tranquilizá-lo. Boa parte daqueles estudantes que saíram é do Instituto Cultural Steve Biko. Tiveram que ir para a aula, tiveram que ir estudar até mesmo para ocupar o Poder. Então, acho que isso é algo que temos que ficar tranquilos. São pessoas conscientes. Infelizmente, a questão do horário e do transporte são um limite aqui no nosso Estado. Esta Casa, por exemplo, fica num local que não é estratégico para que a população tenha uma participação ativa. Temos proposta de colocar presídios em bairros populares da cidade. Por que não colocar o local onde se decidem as coisas, onde se decide a vida dos cidadãos mais perto do povo? Isso é um problema. Os jovens que saíram estavam preocupados porque gostariam de estar aqui. São 75 jovens. Muitos deles não puderam vir para esta Casa porque estão trabalhando.

A realidade que a companheira Vilma colocou aqui, do extermínio da juventude negra, é o que está, realmente, fragilizando a população baiana. Poderiam se ter mais Abdias do Nascimento, mais engenheiros André Rebouças, mais Juliano Moreira e várias outras referências negras no poder. Infelizmente, estão sofrendo da eliminação física.

Com relação à reforma política, acho preocupante sim, porque estou vendo lobo tomando conta de ovelha. Não se pode pensar numa reforma política quando o quadro majoritário de 500 deputados tem pouca representação da população negra e das mulheres. Que tipo de reforma política eu vou ter? Vocês acham que os brancos que sempre dominaram este poder por 500 anos vão abrir mão disso facilmente? Não acreditamos. É por isso que acho que uma coisa como esta merecia um plebiscito, uma participação direta da população. O descrédito que temos com relação à classe política e aos políticos brancos, vamos dizer logo diretamente, é demais! Percebemos muito bem que são 500 anos de poder que não se



quer abrir mão. Então, não temos esperança. Pelo menos eu não tenho esperança de os parlamentares que estão lá terem competência moral para fazer uma reforma política que realmente contemple a população negra, as mulheres e os indígenas.

Nesse sentido, acho que a população tem que ter uma participação direta. O plebiscito seria uma saída, até porque fizemos um plebiscito, por exemplo, para decidir se o Brasil voltaria ou não a ser império. Fizemos isso. Teve-se plebiscito para a questão das armas. Acho que uma questão muito mais fundamental como a reforma política deve ter uma participação direta da população. Não temos confiança nos políticos que estão lá. Os políticos que se respeitam sabem que convivem com pessoas que não têm a menor competência moral para estar lá. É uma temeridade colocar uma reforma tão importante na mão de pessoas que não têm competência moral para isso. Espero que a sensibilidade dos que têm competência moral seja a de justamente entregar ao povo esse tipo de reforma, que tem que ser feita: a reforma política. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



1048-I

Ses. Esp. 30/05/11

Or. Almeida Lima

Reforma política.

O Sr. PRESIDENTE (Almeida Lima): - Passo a presidência da Mesa, já que desejo ir à tribuna, ao deputado Daniel Almeida.

O Sr. PRESIDENTE (Daniel Almeida): - Obrigado, presidente. Passo, então, a palavra ao último inscrito nesta audiência pública, deputado Almeida Lima.

O Sr. ALMEIDA LIMA:- Senhoras e senhores, entendo que em parte foi cumprido o nosso objetivo, exatamente o de vir à Bahia ouvir todos aqueles que desejassem emitir as suas opiniões, as suas sugestões, ouvir as críticas e os reclamos, até mesmo os desabaços, que considero particularmente legítimos. E momentos como este são apropriados. No entanto, devo dizer que nada é definitivo. Nós estamos começando um processo de debate. Porém, alguns esclarecimentos precisam ser feitos.

Em primeiro lugar, a Câmara dos Deputados e o Senado, ou seja, o atual Congresso Nacional, pelos que dirigem o Parlamento, pelos atos constitutivos das Comissões, eles não solicitaram uma reforma política do Estado. Que fique bem claro, a reforma é político-eleitoral. Não chega, sequer, a ser partidária. Particularmente, entendo que a reforma mais importante é a reforma política do Estado brasileiro.

Estive senador durante 8 anos, e o meu primeiro projeto de lei, de proposta a emenda da Constituição, aliás 3, 52, 53 e 54 de 2003 era uma miniproposta de reforma política do Estado brasileiro.

Particularmente, entendo que, primeiro, temos que discutir a função dos 3 Poderes, as suas competências. Aliás, feri aquilo que diz a Constituição federal no artigo 1º, *caput*, a República Federativa do Brasil, ou seja, pela soberania que o nosso povo possui diante das nações, ela se autoconceitua, autodefine-se no Artigo 1º como uma República Federativa e depois afirma que o Estado se constitui num Estado democrático de direito.

Quanta felicidade para mim e para o povo brasileiro no dia em que essa República se transformar, de fato, numa república com todos os conceitos e definições de república, de



coisa pública, de coisa de todos, de igualdade, de universalidade de direitos e de condições para conquistá-los. Como esse País será feliz no dia em que, de fato, tornar-se caracterizado como uma verdadeira federação em que o Estado da Bahia poderá legislar diante da autonomia que esta mesma Constituição atribui, mas que lhe tolhe a competência ao dizer no Artigo 22 que compete a União legislar sobre, quando vamos verificar os incisos, todo aquele rol, enfim, tudo compete, de fato, a União. E o Artigo 22 aprisiona os Estados membros, descaracteriza por completo a Federação.

Quando é que nós vamos ter, de fato, no Brasil aquilo que o Artigo 1º conceitua como estado de direito que pressupõe a existência de normas, de ordenamento a reger por antecipação as relações sociais, aquilo que está por vir? Quando é que nós vamos ter de fato isso?

Quando a gente percebe e vê o Supremo Tribunal Federal, a exemplo do Tribunal Superior Eleitoral fazendo aquilo que não é da sua competência, em algumas vezes, sob a alegação de que o Congresso não legisla.

Senhoras, senhores, quando o Congresso não legisla, ele está - se é que é possível dizer o que vou dizer agora - legislando, está dizendo que não quer legislar, está dizendo que não quer modificar aquilo que a lei atual estabelece. Quando o Congresso não delibera, ele está deliberando, eu estou deliberando não deliberar. E o outro Poder deve cumprir aquilo que a Constituição determina, porque o Congresso tem que ser forçado a deliberar quando ele acha que o que está aí está bom. E a outra é o Estado democrático. No Artigo 1º, eu vislumbro quatro definições, diz que o Brasil é uma República, é Federativa e se constitui num Estado democrático de direito.

Pois bem, é nesta tal da democracia que nós estamos querendo, agora, numa proposta de reforma políticoeleitoral, oferecer mecanismos, instrumentos que possam aperfeiçoar a democracia, que possam de fato estabelecer as garantias e o direito à participação.

Portanto, eu volto e digo aquilo que disse no início. Nada é definitivo, tudo está a depender do povo brasileiro, porque alguém disse aqui que quem produz Jair Bolsonaro é o Congresso Nacional. Gente, quem produz Jair Bolsonaro, assim como eu, assim como o



deputado Daniel Almeida, é o povo brasileiro, não é o Congresso Nacional. O Congresso Nacional é fruto do povo baiano, do povo sergipano, do povo brasileiro.

Ora, nós decidimos na Câmara e, justiça se faça aos dois deputados que estão coordenando o evento aqui no Estado, os deputados Waldenor Pereira e Daniel Almeida, mas nós jogamos um peso muito grande nesta Comissão para que ela realizasse as conferências pelo País, porque muitos no Congresso se julgam iluminados o suficiente para fazer a reforma sem ouvir o povo e chegam até a afirmar: nós fomos eleitos para isso. Eu, particularmente, não compreendo assim, quando está em jogo, quando está em conflito um interesse meu, de ordem pessoal e o interesse da sociedade, eu não me sinto em condições legítimas de decidir. Por uma razão simples, é da natureza humana, aliás, é da natureza animal, é da natureza vegetal a sobrevivência. Eu não vou dar um tiro no meu pé, eu não vou votar contra um interesse meu, pessoal.

Por essa razão, eu tenho pregado que o sistema eleitoral precisa ser definido através de um plebiscito. Eu tenho defendido isso em todas as sessões e por onde ando, sobretudo porque vejo que, no Congresso Nacional, não vai se construir uma maioria qualificada de 3/5 (três quintos) para decidir, como, aliás, nas vezes anteriores, não conseguiu se construir essa maioria de 3/5, exatamente porque os interesses são bem divergentes.

Pois bem, está aí o amplo debate, o debate profundo, e acho que ele deve ser ampliado. Sabemos como o debate começou acanhado, com setores da imprensa criticando a comissão da Câmara porque não estava decidindo nada. Diariamente se ouvia na imprensa notícia de que o Senado se reuniu e numa única reunião decidiu isso, aquilo, aquilo outro. Eu disse: “Gente, tenha calma, não é assim”.

E em todas as sessões da comissão a Presidência a todo instante tinha que responder a uma pela ordem: “ Sr. Presidente, vamos deliberar quando?”

E eu respondia: “Depois que a gente ouvir a sociedade.”

Eles diziam: “Mas a gente pode ir decidindo.”

Eu falava: “Para depois ouvir a sociedade? Que hipocrisia!”



A luta é grande. Há uma série de questões que temos ouvido muito por aí afora. Eu senti aqui, a exemplo da Paraíba, um clamor muito forte acerca das questões dos negros e das mulheres. Acho que é são questões que precisam ser colocadas em seus devidos lugares, ou no devido lugar. Acho que é preciso estabelecer uma clareza, que a questão precisa ser bem posta.

Mais fácil para mim é falar em relação às mulheres, trato primeiro desse assunto. Há uma proposta em lista fechada, pré-ordenada, com alternância de gênero, de sexo. Em primeiro lugar devo dizer que lista fechada pré-ordenada, na minha visão, é inconstitucional, flagrantemente inconstitucional, salvo se houver uma ruptura do Estado e se definir o Estado de forma diferente.

Primeiro, se fizerem uma ressalva a uma daquelas quatro definições acerca da democracia, se ela for adjetivada de forma diferente, ao se regulamentar o aspecto democrático do Estado brasileiro o parágrafo único do art. 1º fica de forma diferente e o art. 14 mais ainda, que são cláusulas pétreas, todas elas. Ficará assim o parágrafo único do art. 1º: “O poder emana do povo, que o exerce diretamente...”, e esse exercício direto no Brasil é muito pouco. Precisamos melhorar muito nas questões do plebiscito, dos instrumentos da democracia direta, do referendo, da iniciativa popular para projeto de lei e também o *recall* ou a revogação de mandatos.

À parte essa questão, lá está dito: “O poder emana do povo, que o exerce através de representantes eleitos”, e o art. 14 complementa: “por voto universal direto e secreto”.

Votar em partido não é votar em representante, partido não representa. Quem senta na cadeira no Parlamento não é o partido, quem senta lá é o deputado Daniel Almeida, não é o PCdoB. A Constituição é muito clara. Não estou dizendo que ela está certa, não, apenas estou dizendo que o que ela diz é isso. O que precisamos é uma ruptura, porque se se deseja melhorar a conceituação da democracia, se estamos desejando o aperfeiçoamento das instituições democráticas, temos que trabalhar os instrumentos que a amplie, que a aperfeiçoe.



Não podemos defender instrumentos contrários à democracia, e dizer que isso é democracia. Aliás, tenho ouvido muito as pessoas dizerem, mas é preciso fortalecer os partidos. Eu também acho. Mas fortalecer os partidos como ? Em detrimento do eleitor? Não.

O Poder não emana dos partidos, emana do povo. Tenho que respeitar primeiro o direito do povo, para depois o das organizações sociais. E entre elas o partido, que aliás, pela própria expressão já define: partido, parte do todo. É a reunião de pessoas entorno de ideias na luta pela conquista do Poder, para tornar aquelas ideias efetivas. Portanto, vejo que as coisas precisam ser colocadas nos seus devidos lugares.

Eu disse que iria me referir à questão da mulher, farei. É unânime, porque se trata de uma estatística que o eleitorado brasileiro, mais da metade é constituído de mulheres, mais de 50% são mulheres.

Então, acho que esse discurso, que é um discurso válido, deve ser voltado basicamente para as mulheres. Acho que é uma questão que não precisa ter ranço. Não podemos dividir a sociedade, vamos agora deixar de entender ou desconhecer o nosso processo cultural?

O que precisamos é de trabalhar para daqui para frente, com essas lições ruins que tivemos, não ter mais essa lições e buscar a construção de forma diferente. Isso vale para as mulheres? Vale. Vale para os negros, índios, para todos os segmentos.

Em dado momento estabeleceu-se cota na legislação eleitoral, da obrigatoriedade de abertura de espaço para as mulheres. Depois, percebeu-se que era uma norma feminista e trocaram, colocaram para ambos os sexos, ou seja, uma chapa não pode deixar de garantir 30% a um dos sexos.

Dou muito valor ao debate, gosto imensamente de ser contestado, se houver esse desejo, quando eu me sentar ali, retornar, quero ser bombardeado por perguntas, sem nenhum problema.

As minhas posições são posições claras. Acho que o foco precisa ser outro, tem que se voltar para a própria sociedade, porque no Congresso Nacional, ou nesta Casa aqui só se entra pela vontade do baiano. Mas o baiano não está votando direito, porque o baiano que votou precisava ter um pouco mais de instrução.



Voltamos à questão cultural, à questão do modelo, da nossa história, porque acho que está na raiz. Ora, ou alguém neste País é sacrificado ao ir votar no homem? Eu sei que há diferenças, sei que o dinheiro impera – eu sei, todos nós sabemos. Temos de lutar de forma correta, não podemos dispersar energia.

Ora, tenho opiniões e ações contrárias ao do Jair Bolsonaro. Dos mais velhos aqui, quem se recorda de Amaral Neto, que apresentava um programa, na época da ditadura, que chamava “Amaral Neto, o repórter”? Ele sempre se elegeu deputado federal pelo Rio de Janeiro porque defendia a pena de morte. Acho que era até mais radical de Direita do que o próprio Jair Bolsonaro. Gente, aquilo ali é o retrato da sociedade.

Estou me segurando um pouco mais nesse tema, porque senti o clamor. Acho que essa energia não pode ser desperdiçada. Ela tem que ser trabalhada na base, de forma efetiva. Acho que vou cometer uma heresia, mas, às vezes, é preciso ser intolerante. Olhe que eu abomino a intolerância, mas, se necessário for, dentro de um foco correto, serei, sim, porque pior do que a intolerância é o uso da força. Embora muitas vezes o uso da força seja legítimo; não conheço processo revolucionário pacífico. Mas tudo direcionado para um foco correto.

Pois bem, temos uma série de questionamentos. Falou-se aqui de financiamento de campanha, do voto distrital, voto não sei lá o quê, mas entendi que não deveria tratar de nenhum desses temas. Eu, particularmente, sou contrário à lista pré-ordenada, fechada, porque o único argumento que me trazem é falacioso. É o argumento de que fortalece partido.

E o mais grave. Os que são do Partido dos Trabalhadores me desculpem, mas é a maior incoerência que eu poderia ver. Digo isso por uma razão simples. Dizem que o parlamentarismo é para país com partidos fortes; ou então que é um sistema de governo que leva ao fortalecimento dos partidos.

No entanto, no plebiscito a respeito do parlamentarismo ou presidencialismo, como foi que o PT votou? Foi contra. Ou seja, contra o sucedâneo, com o parlamentarismo, fortalecimento dos partidos. Ora, as teses de governo saem do partido majoritário nas urnas ou de uma coalizão de partidos, em que há negociação de posição do pensamento partidário. E o PT votou contra. Por que agora defende essa tese?



Gente, o que fortalece partido é programa partidário. E o Partido dos Trabalhadores ainda recebe a resultante de um programa que tinha identidade com a população; na verdade, ainda recebe essa resultante daquele programa, tanto que está na Presidência da República. Isso ocorre porque outrora teve um programa partidário que se identificava com as massas, o povo, os trabalhadores.

O que fortalece partido não é decreto, é programa. Fidelidade partidária é corretíssima. O que fortalece partido é a fidelidade partidária ou aquele item que está no programa partidário. Quando o Parlamento discute, fecha-se questão e se diz que “todos do partido têm obrigação de votar conforme o item que está no programa”. Isso é que fortalece partido.

Fortalecer partido em detrimento do eleitor, fortalecer partido enfraquecendo o eleitor?! Esta norma não é da Constituição Brasileira, não é princípio dela, mas é princípio basilar da democracia: o poder emana do povo. (Palmas!) E, se não emana, que o povo acorde. Mas o poder tem de emanar do povo.

Parcela do povo árabe acordou e está demonstrando nas ruas que o poder emana do povo. Só não emana do povo quando este não se organiza. Não venham me dizer que isso é falácia de Constituição. Porém é princípio da democracia: o poder emana do povo.

Vou transformar agora... Como diz o jurista Nelson Jobim ao chegar à Comissão: “Nós queremos uma democracia de homens, personificada, fulanizada, ou uma democracia de partidos?” Eu tive de me ausentar naquele dia por motivo de viagem, mas iria dizer ao Nelson Jobim, ministro de Estado: “Ministro Nelson Jobim, não queremos democracia nem de partido nem de homens. A democracia se faz com vontade popular, democracia é o respeito à vontade das pessoas.” O que querem agora é uma falácia, isso é um discurso preparado para se dizer: “Olha, precisamos ter o voto em lista fechada, preordenada. Para mim, não vale nem de forma circunstancial.

Digamos que os partidos políticos no Brasil fossem democráticos, de uma democracia interna exemplar. Mesmo assim, nada desse aspecto pode ser circunstancial porque estaria ferindo, de forma maior, o direito do cidadão, o direito do povo.



Senhoras, isso é apenas a minha opinião. Não é a opinião do presidente da Comissão. Por coincidência, eu estou na presidência.

Falei por último. Embora não tivesse a pretensão de achar que poderia convencer a, b ou c, achei que deveria falar por último para permitir que as pessoas não fossem eventualmente orientadas tomando por base uma opinião minha.

Quero agradecer enormemente por ter tido a honra de tê-los aqui me ouvindo já às 19h16min. Agradeço à Bahia por esta oportunidade de estar com vocês. Espero que este debate tenha continuidade nos movimentos populares, nos Parlamentos, nas ruas.

Em nome da Comissão, agradeço ao presidente da Assembleia Legislativa e aos seus membros pela acolhida, pelo espaço que nos cederam. Os meus agradecimentos também aos servidores da Casa, à imprensa, enfim, às senhoras e aos senhores.

Devolvo a palavra ao nosso deputado Daniel Almeida para encerrar a sessão. É V.Ex^a que terá o direito de fazê-lo.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



DL-03

Ses. Esp. 30/05/11

O Sr. PRESIDENTE (Daniel Almeida):- Já que me faz essa gentileza, queria aproveitar para agradecer a V.Ex^a, que tem comparecido a todos os Estados para realizar essas audiências públicas, fazendo um debate, na maioria das vezes, acalorado, não deixando de manifestar a sua opinião e falando, como sempre, muito à vontade, com o trato que tem com os microfones – fez isso aqui na Bahia.

Quero agradecer a presença de todos os deputados federais, deputados estaduais, vereadores, prefeitos, prefeitas, do presidente desta Casa, deputado Marcelo Nilo, e de todos os segmentos da sociedade civil que vieram a esta audiência.

Temos muito interesse que este seja apenas um momento deste processo de debate que a sociedade brasileira necessita fazer de forma intensa, planejada, abrangente e com o máximo de clareza possível. Quiçá pudéssemos ampliar esse debate para uma reflexão mais profunda sobre a estrutura do Estado brasileiro, sobre a nossa República e sobre a nossa democracia.

Não devemos nos sentir inibidos nessa direção. A reflexão sobre os elementos mais gerais será muito importante, mesmo que não tenhamos como objetivo central ou como perspectiva nesse debate esse aprofundamento. Mas todas as reflexões são importantes e muito bem-vindas para a construção desse caminho.

Quero dizer, inclusive, que tenho defendido a tese de que alguns temas terão que passar, em algum momento, nobre presidente, por uma Constituinte. Teremos que submeter à sociedade um debate que leve à eleição de parlamentares constituintes, mesmo que sejam constituintes temáticos. Só faremos reforma política e reforma tributária, na minha visão, com uma profundidade maior, se anteciparmos um debate no processo eleitoral, e os eleitos tiverem essa atribuição específica. A nossa Constituição de 88 produziu muitos avanços, e foi um Congresso Constituinte que a fez. Considero que é possível fazermos, em algum momento, um aprofundamento dessa natureza.



Ao agradecer a participação de todos, destaco a honra de compor esta Comissão. Quero dizer ainda que os nossos mandatos – o meu e dos deputados Waldenor Pereira e Luiz Alberto, ou seja, os parlamentares da Bahia que integram essa Comissão – estão abertos para continuar recebendo contribuições. Além disso, estamos disponíveis para participar de outros eventos, de outras audiências, de outros debates que a Bahia produza, e assim levaremos essas sugestões para Brasília.

Obrigado, presidente Almeida Lima. Obrigado a todos vocês.

Está encerrada a audiência. (Palmas)